e ainda

RETROVISOR pág. 13
QUEM MATOU O JUÍZ... FOI MORTÁGUA!

TEATRO pág. 15
PEQUENAS COMÉDIAS

CONTRAMAPA pág.16
SALVO CONDUTO (II)

mapa : Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 2
JUNHO 2013 / BIMESTRAL / ANO 1
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALCRITICO.INFO

Demolição de uma das torres do bairro do Aleixo, Porto.

SAMUEL BUTON

Para quem são as cidades em que vivemos?

págs. 6, 7 e 10 a 14

Em Portugal, reconstruir, requalificar, renovar e revitalizar são palavras ouvidas no espaço público pela boca das instituições locais e dos governantes. A verdade é que as cidades atravessam grandes mudanças. Na base de muitos destes processos estão modelos que consideram a cidade como um grande mercado a céu aberto para empresas, onde os seus interesses e lucros se sobrepõem à vida dos habitantes. É, também, na sequência destes processos, que se aproveita para "limpar" as cidades e afastar, dos olhos dos turistas e do comércio, os pobres, os imigrantes e os marginais.
O jornal mapa recolhe visões sobre processos de transformação locais e dinâmicas urbanas nas cidades de Coimbra, Porto, Lisboa e Rio de Janeiro.

A Monsanto à conquista do Alqueva

pág. 2

No passado dia 25 de Maio, centenas de cidades em todo o mundo mobilizaram-se contra a multinacional Monsanto e a proliferação de organismos genéticamente manipulados (OGM). Os protestos tiveram também como alvo a nova Lei das patentes que concede à Comissão Europeia um controlo absoluto sobre a circulação de sementes. Beneficiando do regadio do Alqueva, junto a Serpa, existem já 48 hectares de teste para o cultivo de milho transgénico.

Coutada contra o parque de ciência e inovação

pág. 3

Na Coutada, em Ílhavo, os planos para a construção do Parque da Ciência e Inovação, destinado à instalação de empresas, tem sido alvo de contestação por parte de moradores da zona. Este empreendimento, ao ocupar cerca de 35 hectares de terra, destruirá terrenos agrícolas, casas e quintais.

Os tentáculos da secil

Organograma + O custo do cimento

págs. 8 e 9

São visíveis, na superfície da Serra da Arrábida, gigantescos buracos consequência da extracção de minérios. Na origem deste atentado encontra-se a empresa SECIL e o seu complexo fabril para a produção de cimento no Outão, em Setúbal. Quase a atingir 100 anos de existência, esta é apenas uma ligação numa extensa rede de negócios, grupos económicos e actividades ligadas a exploração da Terra.

NOTÍCIAS À ESCALA

A investigação científica refém da lógica de mercado

A (re)descoberta do grafeno anunciada em 2004 por dois cientistas russos, Andre Geim e Konstantin Novoselov, premiados com o Nobel da Física em 2010, atraiu imediatamente a atenção de um dos principais sectores económicos dos nossos dias, o tecnológico. O interesse pelo potencial deste "novo" material levou a uma redistribuição completamente diferente dos recursos reservados para a investigação científica. No início deste ano a Comissão Europeia anunciou a entrega de mil milhões de euros durante dez anos para a investigação deste material.

C. CUSTÓIA

A ciência funciona com base na investigação por meios sistemáticos, lógicos e reproduzíveis de um tema e com a publicação dos resultados nas revistas de divulgação especializadas com vista à aceitação desse trabalho na comunidade científica. O processo de publicação científico parece o fim do assunto, mas na realidade está sujeito a uma série de variáveis que ditam o seu futuro, sucesso ou fracasso. A publicação científica é *peer-reviewed,* ou seja, o artigo submetido será imparcialmente e anonimamente escrutinado em conteúdo, método e análise por cientistas expertos no tópico, que farão a sua análise para o artigo ser aceite ou não. É, portanto, uma conjuntura complexa e vislumbram-se os vários pontos sensíveis só a partir deste sucinto resumo: imparcialidade, anonimato, processo editorial, conteúdo, análise…

O grafeno é a camada mais fina que se pode tirar de um pedaço de grafite.

ACTO I: O GRAFENO QUENTE.

Um exemplo actual e "quente", *hot topic* na gíria da comunidade científica, é o grafeno. O grafeno é a camada mais fina que se pode tirar de um pedaço de grafite, um mineral acessível, presente no nosso dia a dia, usado cada vez que escrevemos ou riscamos com lápis.[1] O grafeno é uma substância formada por carbono puro em lâmina de um átomo de espessura. É extremamente leve, 1 metro quadrado pesa apenas 0,77 miligramas, e é um excelente condutor de corrente. Nele estão depositadas todas as esperanças dos cientistas que investigam materiais porque poderá fazer uma revolução energética. Entre outras coisas, permitirá fazer computadores com igual potência que consumam ínfimas percentagens da energia. Sim, em teoria… Este *hot topic* é de facto um *trending topic* da publicação científica. O número de artigos publicados anualmente sobre o grafeno evoluiu de 50 no ano 2000 para o apoteótico valor de 8334 em 2012. Em 2013, até à data deste artigo, 3700 artigos foram já publicados. Os números são bastante impactantes e demonstram a excitação provocada pelo grafeno. Antes exemplificaram-se pontos sensíveis no processo editorial da publicação científica mas falta na história um outro personagem: o dinheiro.

ACTO II: PÃO PARA COMER.

O Departamento de Investigação e Inovação da União Europeia, a entidade que realiza programas para financiamento de investigação científica, anunciou, no final de 2012, um programa bilionário,[3] de, literalmente, um bilião, ou mil milhões de euros, para a investigação científica sobre grafeno: a chamada *"The Graphene Flagship"*.[4] Acima disto, vem o facto de que um cientista é avaliado, ou seja, a sua capacidade de progredir na carreira, ou simplesmente ser aceite na comunidade científica, pelo número e qualidade das publicações que tem. A investigação cientifica é muito mais um trabalho *freelance* que estatal. Quem investiga tem sempre que ganhar o seu pão em concursos públicos para obter financiamento para 3 ou 4 anos. E as regras de selecção destes concursos passam sempre pelo número de publicações. Por isso, hoje em dia, não existe nenhum cientista, químico, físico ou biólogo, que não pense em publicar algo relacionado com o grafeno.

Os *hot topics* sempre existiram, sempre houve tendências e modas –sim, até na ciência– e esperanças de encontrar a Pedra Filosofal e resolver os problemas do mundo –embora esta também tenha estado sempre submetida a imperativos de rentabilidade económica– mas desta vez é sem dúvida uma especulação amplificada pelos meios de comunicação e pela globalização da informação

> O número de artigos publicados anualmente sobre o grafeno evoluiu de 50 no ano 2000 para o apoteótico valor de 8334 em 2012. Em 2013, até à data deste artigo, 3700 artigos foram já publicados.

ACTO III: AS CARAS DAS REVISTAS CIENTÍFICAS.

Falta ainda analisar uma outra figura: a entidade 'revista cientifica'.

Existem centenas de revistas cientificas e obviamente não são todas iguais. Cada editora tem um leque de revistas para diferentes áreas temáticas e outro de variedade dentro de cada área para cobrir conteúdos com impactos diferentes.

Dos vários índices que se usam para avaliar uma revista cientifica, o mais usado é o Factor de Impacto (IF) (outra palavra que faz estremecer de prazer ou temor um cientista) e define-se pelo número de citações de um artigo publicado na revista a avaliar.

Cada revista tem o seu *Impact Factor*, ou seja, qual é o impacto médio que publicações nessa revista tiveram na comunidade científica. No topo sempre estiveram revistas como a *Science* e a *Nature*, com IF da ordem dos 30.

Existe de facto uma especulação massiva da publicação científica, amplificada pela mediatização de um tema concreto(o grafeno). Os sistemas de avaliação de cientistas agarraram com unhas e dentes as publicações de muito alto impacto e parece que todos os cientistas só têm que fazer ciência de espectáculo. Mas, como qualquer bolha especulativa, prenuncia-se uma queda abrupta real. Será um dos resultados da supressão da autonomia científica, tanto no campo metodológico como no das condições práticas da actividade investigativa, que vem sendo levada a cabo com a mais ruinosa irreflexão, sobretudo depois do pensamento científico ter escolhido servir a dominação espectacular.

1 http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=26856&op=all

2 Dados do motor de busca Scopus, da Sciencedirect, em maio de 2013.

3 N.A.-De facto anunciou dois programas bilionarios a 10 anos, duas flagships: um com o tema do "Grafeno" e outro com o tema de "O Cerebro Humano".

4 http://http://www.graphene-flagship.eu

A Monsanto à conquista do Alqueva

No passado dia 25 de Maio tiveram lugar em centenas de cidades por todo o planeta, como em Lisboa, Porto, Faro, Guarda, Ponta Delgada e Faial, protestos contra a multinacional Monsanto, a líder mundial de sementes geneticamente modificadas (OGM).

FILIPE NUNES

A perda da biodiversidade; os riscos à saúde humana pelos transgénicos; e a imposição do monopólio económico da Monsanto à atividade agrícola por todo o mundo pelas patentes de sementes, são algumas das preocupações destes protestos.

Em Portugal a Monsanto lançou-se já na conquista do novo Alentejo agrícola, nascido com o regadio do Alqueva, o grande investimento público na região na última década e ainda em curso. A sua "academia de estudos" Dekalb, afirmou atentamente de que "o Alqueva está a proporcionar uma mudança nos campos do Alentejo", pelo que encontra-se a desenvolver em 48 hectares junto a Serpa, um campo de ensaios de variedades de milho.

Em 2012 o cultivo de milho geneticamente modificado alcançou em Portugal 9.278,1 hectares, um aumento de 20% relativamente ao ano anterior (que por sua vez registara um crescimento de 60%). A crescente propagação deste milho transgénico (MON810), presente na sua esmagadora maioria na região do Alentejo (5.796,2 ha) nos últimos 3 anos caiu no maior dos silêncios, esmorecida a discussão levantada pelas ações diretas anti-OGM em 2007 em Silves. A consolidação de um sistema agro-industrial subjugado às grandes multinacionais (Monsanto, Pioneer, Syngenta…) que monopolizam a venda das sementes transgénicas e dos agro-tóxicos, tem sido validada pelas tutelas da agricultura portuguesa. Para a Monsanto, o Alqueva pode ser a rampa de disseminação em espaço europeu das variedades de milho transgénico, beneficiando do melhor dos cenários para as multinacionais agro-industriais, que é a grande agricultura latifundiária.

> Em 2012 o cultivo de milho geneticamente modificado alcançou em Portugal 9.278,1 hectares, um aumento de 20% relativamente ao ano anterior

Uma das consequências mais comprovadas da Monsanto é a irreversível contaminação genética dos ecossistemas pelos OGM, sendo que a presença desse código genético implica o pagamento das suas patentes. Um mecanismo apoiado pela nova Lei das Patentes acerca dos direitos dos agricultores sobre as sementes, apresentada pelo Parlamento Europeu no início de Maio. Uma complexa e burocrática regulação, que segundo a Campanha Europeia pelas Sementes Livres irá "criar barreiras inultrapassáveis para muitas pessoas e entidades envolvidas na preservação de sementes, vai reduzir a escolha dos agricultores, horticultores e consumidores e abre caminho para um controlo absoluto sobre a circulação de sementes pela Comissão Europeia".

Coutada em luta contra o parque de ciência e inovação

O desenvolvimento capitalista industrial e das cidades assentam na sua constante expansão territorial. Na região de Aveiro, esse crescimento está de novo em rota de colisão com a vida rural e a subsistência agrícola. Na Coutada, Ílhavo, a população opõe-se a essa investida que lhes destruirá casas e terras. Para os promotores e gestores, públicos como privados, isso nada importa em nome da "ciência e da inovação".

Campos da Coutada

J. ESCUDEIRO

FILIPE NUNES

A Universidade de Aveiro lidera, junto com as autarquias de Ílhavo, Aveiro e várias empresas, o projeto Parque da Ciência e Inovação - PCI (Creative Science Park). Com vista à instalação de empresas de base tecnológica, envolve um investimento de 35 milhões de euros, 80% de financiamento europeu. Já diversos moradores e agricultores da Coutada, em Ílhavo, associados desde 2012 no Coletivo de Intervenção na Defesa dos Interesses dos Habitantes da Coutada, contestam o interesse público por detrás da localização destes 35 hectares nas suas terras, naquilo que consideram "insensato e insustentável, pois assenta na destruição de uma vasta área de terrenos agrícolas, casas e quintais", além de não dar garantias de viabilidade futura. De um lado, uma sociedade privada alimentada por dinheiros públicos. Mais uma parceria público-privada (PPP), que justifica uma megalomania como imprescindível ao desenvolvimento local e à criação de milhares de postos de trabalho. Argumentos que, sem qualquer validação exterior, impuseram não haver outra alternativa que a Coutada. Porém, o Colectivo local recorda não apenas os fracassos de projetos idênticos na região, como existirem num raio de 20 quilómetros a partir de Aveiro, cerca de 30 parques industriais com taxas de ocupação baixíssimas, por si só longe de justificarem o seu investimento público. Do outro lado, temos uma das mais importantes zonas agrícolas e de valor ecológico da Ria de Aveiro. Uma paisagem natural ameaçada pelos impactes ambientais que decorrerão dos novos acessos à Ria. Uma paisagem rural de famílias condenadas pela demagogia do "desenvolvimento". Forçadas em seu nome a prescindir não só da sua auto-

> O impacto social recai diretamente sobre dezenas de pessoas, destruindo as suas casas e meios de sustento

-subsistência, como no escoar de toneladas de alimentos que entram no mercado local e nacional. O impacto social recai diretamente sobre dezenas de pessoas, destruindo as suas casas e meios de sustento. Para quem está em causa toda uma vida. O que não demove a Autarquia de Ílhavo a aplaudir a utilidade pública, com caráter de urgência, da expropriação de 120 terrenos para o PCI e mais 40 lotes agrícolas para os novos acessos. Uma dezena de quintais serão truncados, 10 habitações e 3 anexos serão demolidos e 26 poços arrasados. Por intermédio de uma providência cautelar, interposta por alguns moradores a 16 de Abril, a expropriação dos terrenos foi suspensa até haver uma decisão do Tribunal. Associações como a Quercus, Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro e as oposições partidárias da esquerda local (em que o PS admite apenas um novo "desenho" sob a mesma localização…), têm manifestado o apoio ao Colectivo, que conta com cerca de 50 associados. O véu do projeto descortina-se facilmente. Segundo Luís Sanz, da Associação Internacional de Parques de Ciência: **"apesar da sua denominação – Science Park, Technology Park, Research Park – os Parques nem são sobre ciência nem sobre tecnologia! São sobre empresas, empresários e homens de negócios"**, conforme citado pelo Colectivo da Coutada, a partir de um estudo elaborado pela Associação Industrial do Distrito de Aveiro. Manter aliás o PCI na atual conjuntura financeira é bem revelador dos seus propósitos de especulação imobiliária e construção desenfreada. Operação vantajosa, como são as PPP de financiamento europeu. Revestida do aval científico, académico e de inovação, o que está em causa não é nada de inovador… mais uma "nova" zona industrial, que beneficiando de privilegiados acessos a minutos de Aveiro e Ílhavo, não descura sequer a vertente de lazer. Que outros motivos senão imobiliários justificam campos de golfe, como consta dos equipamentos desportivos do PCI? Só tal vertente justifica a enorme dimensão do

> Uma paisagem rural de famílias condenadas pela demagogia do "desenvolvimento"

PCI face a outros Parques de Ciência, e o argumento imprescindível de estar "colado" ao campus universitário na zona de Ílhavo. Condição que não existia até 2009, altura em que o PCI era proposto para Vagos e não para "os valiosos terrenos da Coutada". O véu levanta-se finalmente observando entre os acionistas do PCI-SA importantes empresas de construção civil (como a Visabeira, Martifer, Rosas Construtores ou a Civilria) e os bancos CGD e BES. No imediato está em jogo, uma vez mais, a dinâmica avassaladora da expansão urbana sobre as poucas bolsas de vida rural. E as suas resistências, tão simples quanto humanas. Tão locais, como globais. A luta na Coutada ajuda a vislumbrar o que está verdadeiramente por detrás do espelho mágico da "ciência e inovação", do "empreendedorismo e tecnologia", do "desenvolvimento integrado e sustentável". Um questionar que está para lá da mera localização deste ou de outro PCI. Nesse sentido, questionava um testemunho vídeo colocado no Facebook do Colectivo: **"Qual o peso do progresso quando comparado ao património pessoal e colectivo de um lugar e de um modo de vida? De que forma se discutem, hoje em dia, as alterações profundas de uma zona sem valorizarmos as experiências lá vividas? É séria a acusação de pôr em causa o progresso e o desenvolvimento, dos postos de trabalho e dos fundos comunitários em nome da preservação patrimonial das populações, moradias e oficinas, cultivos e colheitas, gerações e memórias? A economia serve as pessoas ou as pessoas servem a economia?"**.

Mais info em: cidihc.wordpress.com / facebook.com/cidihc

NOTÍCIAS À ESCALA

Salvamos as pessoas da fome, salvamo-las da ocupação

Neste momento, na Grécia, o número de desempregados ronda o milhão e meio, sendo que 60% destes são jovens. A natalidade desceu e a subnutrição infantil aumentou. De 2010 para 2011, as infecções de HIV aumentaram 52% e os suicídios aumentaram 17%. Perante a destruição do sistema nacional de saúde as iniciativas de solidariedade neste campo começaram a aparecer por todo o país, neste momento exitem cerca de 25 clínicas solidárias.

SANDRA FAUSTINO

SANDRA FAUSTINO

Neste momento, na Grécia, o número de desempregados ronda o milhão e meio, sendo que 60% destes são jovens. A natalidade desceu e a subnutrição infantil aumentou. De 2010 para 2011, as infecções de HIV aumentaram 52% e os suicídios aumentaram 17%. Desde 2010 que o Índice de Desenvolvimento Humano está em decrescimento – um índice composto de dados relativos à saúde, educação e rendimento, que crescia ininterruptamente desde os anos 80. Estaremos, em breve, a substituir os chavões «Portugal não é a Grécia» ou «a Grécia não é a Irlanda» por «a Europa do sul não é África?»

Na Grécia, se estiveres desempregado há mais de um ano ou se estiveres em dívida para com o governo – impostos ou uma multa por pagar – perdes o direito ao sistema público de saúde. Isto significa que podes ir às urgências, ainda que pagando uma taxa cada vez mais elevada, mas que não és assistido no sector público – em tratamento ou em medicação – em caso de doença crónica ou prolongada.

Em Julho de 2011, o Estado grego, ao serviço dos banqueiros, assaltou os contribuintes e reformou o seu sistema público de saúde. Disse a Comissão Europeia que esta reforma é considerada uma componente crucial dos esforços da Grécia para aumentar a eficácia e eficiência da despesa pública, trazendo oportunidades para reduzir significativamente custos, sem comprometer a qualidade dos cuidados de saúde. E assim, pela primeira vez na história do Estado Social, os desempregados de longa duração têm agora de pagar por assistência médica. Semelhante ao que acontece nos Estados Unidos da América, onde desemprego e doença são sinónimo de uma sentença de morte: um estudo da Universidade de Harvard, em 2009, concluiu que cerca de 45 mil americanos morrem todos os anos por falta de tratamentos.

A Grécia está agora abaixo da média dos países europeus no que diz respeito à despesa pública, per capita, em saúde. Dados da OCDE referem que a despesa grega relativa à saúde aumentou em média, por ano, 6.1% de 2000 a 2009 mas desceu, apenas de 2009 para 2010, 6.5%. Aumentaram, pois, as iniciativas de solidariedade neste campo. Existem em todo o país, actualmente, cerca de 25 clínicas solidárias, muitas delas de iniciativa municipal. Grande parte destas clínicas surgiram ao longo do último ano, com o agravar da crise e depois da reforma do sistema público de saúde. Em Kalamata, no sul do país, na região de Messinia, encontrei a Clínica de Solidariedade Social de Kalamata, de iniciativa espontânea e cidadã. Funciona no antigo hospital de Kalamata, com equipamentos doados e com trabalho exclusivamente voluntário de secretários, médicos, dentistas, enfermeiros e assistentes sociais.

Destina-se a cidadãos excluídos das estruturas públicas, como o Sistema Nacional de Saúde ou a Segurança Social, independentemente da sua nacionalidade. Presta cuidados médicos primários, através dos serviços de Medicina Interna, Pediatria, Ultra-Sons e Dentista. Tem em funcionamento uma farmácia, abastecida exclusivamente por doações, que permite fornecer aos pacientes a medicação necessária no próprio momento das consultas. A Clínica está inserida na Rede de Clínicas de Solidariedade Social, que reúne outros projectos irmãos a nível nacional, assim como médicos e especialistas afectos ao sistema público ou privado, que se voluntariam para reforçar e complementar o serviço prestado. Assim, em Kalamata, a Rede tem cerca de 50 médicos, 6 clínicas privadas, 7 dentistas e 4 pediatras. Quando a Clínica não tem capacidade para responder às necessidades de um paciente, como no caso de exames especializados, intervenções cirúrgicas ou tratamentos mais complicados, os médicos responsáveis entram em contacto com outros especialistas da Rede de forma a encaminhar o paciente, sem qualquer custo.

17%

Aumento dos suícidios na Grécia de 2010 para 2011. No mesmo período também aumentaram um 52% as infecções de HIV.

Um dos médicos voluntários em Medicina Interna na Clínica de Solidariedade de Kalamata é o Dr. Poulopoulos. Acompanhei o seu trabalho durante algumas manhãs e conheci alguns dos seus pacientes: um idoso com falência renal que precisa de hemodiálise regular, um homem que precisa de uma cirurgia cardio-vascular, uma mãe com depressão aguda, uma adolescente grávida, outro homem com diabetes a precisar de um exame às artérias coronárias. Muitas outras pessoas procuram na clínica apenas medicação, que já não conseguem comprar com a comparticipação do Estado.

O Dr. Poulopoulos, que me deixa acompanhar as consultas e me traduz para inglês as preocupações dos pacientes, trabalhou no hospital público durante 20 anos, no serviço de Nefrologia, até trocar as duras condições de trabalho no serviço público por uma clínica privada e pelo trabalho voluntário na Clínica de Solidariedade. Acusa o sistema público de degeneração e de uma perigosa quebra de eficiência. Os hospitais estão cheios de dívidas e com falta de médicos, enfermeiros, especialistas, equipamentos ou medicação.

Porquê voluntariar-se? **"Porque acho que as pessoas têm de começar a agir. A solidariedade, nestes tempos, é uma grande luta pela democracia. O meu verdadeiro desejo é que as pessoas se ergam e lutem, pela sua dignidade e pelos seus direitos. Quero vê-las participar nesta luta e que o medo não as empurre para o fascismo."** afirma o Dr Poulopoulos**.** A este propósito, é importante assinalar que o Aurora Dourada (Chrysí Avgí), o par-tido fascista grego, tem 10% de eleitores e 18 deputados no parlamento. A ascensão do fascismo na Grécia é preocupante e acompanha a perigosa fragilização física e emocional da população. O estado social foi essencial para a população emigrante que chegou ao país em duras condições de vida. **"Neste momento"**, alerta o Dr. Poulopoulos, **"muitas destas pessoas, sem condições de prevenção ou tratamento de doenças, vivendo em condições precárias e em pobreza, vêem surgir problemas de saúde que tinham ficado resolvidos nos anos 50"**.

Um outro problema se afigura, subtil, por trás da destruição do Estado Social. Mesmo considerando que uma pequena parte da população possa recorrer ao sistema privado de saúde, este é uma farsa. O sistema privado é uma bolha: parece mais eficaz do que realmente é. Quando o sistema público falhar não haverá uma alternativa real de qualidade.

Grande parte destas clínicas surgiram ao longo do último ano, com o agravar da crise e depois da reforma do sistema público de saúde.

Manolis é radiologista e voluntário na Clínica, enquanto espera pela segunda parte do internato, em Atenas. Construiu o sistema informático de registo dos pacientes e criou e organizou a farmácia. A sua motivação parece interminável e é, na sua opinião, **"a ferramenta essencial para o crescimento da solidariedade e da auto-organização"**. Diz-me preocupado **"se apenas o sector privado persistir, a saúde entrará num esquema de mercado e será vendida em que condições e a que preços? Como salvar um sistema público que pagámos e construímos ao longo de gerações? Como impedir que os nossos companheiros cidadãos, que os nossos vizinhos do lado, sofram com a fome, a doença ou a escravatura de um capitalismo imoral?"**

É possível a insurreição popular? Responde-me o Dr. Poulopolos **"quando a Grécia foi ocupada pela Alemanha, os soldados alemães levaram toda a comida para as frentes de batalha. Para salvar a população grega da fome, as pessoas criaram comités de solidariedade – que deram origem à Frente de Libertação Nacional (EAM) – e criaram o seu próprio exército, o Hellas. O seu lema foi «salvámos as pessoas da fome, iremos salvá-las da ocupação»**.

Quem matou o juíz?... Foi Mortágua!

A assunção do acto da morte do Juiz de Fora por toda a população de Mortágua, para além de ter evitado qualquer repressão judicial posterior, mediante o silêncio sobre os factos, ficou para a história como um acto exemplar de união de um povo contra a injustiça.

DELFIM CADENAS

Na noite de domingo para segunda-feira, 24 de novembro de 1365, o Juiz de Fora, João Menga, foi justiçado por populares de Mortágua. Apesar de inicialmente ter escapado pelas traseiras de sua casa à multidão clamorosa que ali o buscou, não resistiu à perseguição posterior que terminaria nas fráguas do rio Cris, a cujas águas turbulentas foi atirado já cadáver.

Esta informação está fundamentada na versão do poeta, escritor e historiador Tomás da Fonseca[1], natural daquela vila beirã, sobre os factos lendários que constituíram um acto de afirmação da dignidade de um povo face ao poder discricionário de um juiz que perseguia os pobres e protegia os ricos.

Os conflitos começaram desde a chegada do novo juiz a Mortágua , obrigando o povo a pagar o imposto agrário

Muito provavelmente a notícia não teria chegado aos nossos dias se tivessem sido apontados os autores materiais da morte do Juiz, na inquirição que inevitavelmente se lhe seguiu.

O desenrolar dos factos não está documentado, mas a ausência de provas ou documentos coevos sobre o ocorrido não impediu que a "lenda" da morte do Juiz de Fora tenha chegado até aos nossos dias sintetizada na pergunta: **"Quem matou o Juiz?"**, que os investigadores dirigiram aos populares, e na resposta unânime, que deles arrancaram: **"Foi Mortágua!"**.

Existem várias versões da "lenda" que sobreviveu até hoje pela tradição oral. A mais inverosímil, atribui a um fidalgo local não a morte mas sim a mutilação do juiz, despeitado pela decisão do magistrado de punir um lacaio seu no pelourinho da praça, e mais parece uma tentativa de desinformar sobre o que realmente terá ocorrido. As outras coincidem no fundamental dos relatos, enfatizando a parcialidade e os abusos no exercício do poder de juiz, que teriam levado os vizinhos de Mortágua a fazer justiça com as próprias mãos e a posterior assunção da morte do modo referido perante os investigadores.

De todas as versões, aquela que se apresenta mais estruturada é a publicada em 1919 por Tomás da Fonseca. Encontramo-la no seu livro *Memórias do Cárcere (Diário de um prisioneiro político*[2], escrito durante a sua prisão na Penitenciária de Coimbra, em novembro de 1918, quando para ali foi atirado na companhia de outros sete conterrâneos, acusados de organizarem um "complot" em Mortágua por ocasião da revolução de 12 de Outubro, que eclodiu em Coimbra e que foi imediatamente sufocada, durante a ditadura de Sidónio Pais.

O autor conta-nos ter sonhado numa das noites de reclusão que está com os seus companheiros na sala de um tribunal, presidido por Sidónio Pais, na condição de réus do crime de homicídio voluntário na pessoa do Juiz de Fora. Aproveitando as várias fases da audiência de discussão e julgamento, leitura do libelo acusatório, da prova testemunhal e das declarações dos réus, Tomás da Fonseca transporta-nos à época, aos antecedentes, às circunstâncias e aos cenários em que terá sido morto o famoso juiz. Da leitura dos depoimentos fica-se a saber que à pergunta: "Quem matou o juiz?" os declarantes davam uma única resposta: "Foi Mortágua!" Quando o tribunal finalmente lhe dá a palavra, começa por afirmar: *"Eu falo a linguagem da história e como historiador estou depondo..."*, o que parece querer conferir algum rigor a esta versão ficcionada, a única onde o Juiz de Fora aparece com nome e apelidos, naturalidade e filiação.

No decorrer do julgamento ficamos a saber que os conflitos começaram desde a chegada do novo juiz a Mortágua, obrigando o povo a pagar o imposto agrário, a observar as leis do fisco e a respeitar as determinações do representante do poder real. São narradas as reformas a favor dos fidalgos da terra, que podiam caçar à vontade, por toda a parte, invadir as terras municipais, até então privilegiadas. O clero podia lançar as derramas que julgasse necessárias e, quanto à côngrua, o pároco podia confiscar os bens àquele que a não pagasse. Por outro lado, são descritos vários casos de reclamações de populares não atendidas, de espoliação de bens perante a passividade ou parcialidade do juiz e de condenações a trabalho gratuito nas terras dos nobres à mínima falta.

As injustiças vão sendo narradas em crescendo até que uma sentença desproporcionada, de condenação a dois anos de prisão e confisco de um terço dos bens de um pequeno proprietário, por ter espancado uma matilha de cães de um fidalgo que lhe tinha invadido as suas hortas, tendo ferido um deles numa pata que gangrenou, de que resultou a morte do animal, acendeu o rastilho da conspiração que se estendeu a todas as aldeias do termo de Mortágua e acabaria com a morte do juiz.

"À hora convencionada, 11 da noite, uma grande vozearia atroou o pequeno burgo, ao mesmo tempo que um grupo de populares lhe invadia a casa, para o lançar pela janela, entregando-o, desse modo, à justiça popular.(...)"

"À hora convencionada, 11 da noite, uma grande vozearia atroou o pequeno burgo, ao mesmo tempo que um grupo de populares lhe invadia a casa, para o lançar pela janela, entregando-o, desse modo, à justiça popular. João Menga, porém, mal sentiu aquele estranho vozear, saltou pelas traseiras, de punhal em riste, conseguindo atravessar os quintais em direcção à ponte". Segue-se a descrição pormenorizada da montaria que se seguiu, do povo em grupos que acorria de todas as direcções, com lanternas e fachos de palha acesos, armados com alfaias agrícolas, do cerco que se foi apertando e do final da fuga desesperada nos penhascos do rio Cris, quando *"uns punhos cabeludos e uns dedos de ferro, que se lhe prendem à garganta, como se fossem varas de aço, o estrangulam"*. O cadáver foi lançado na corrente *"que o levou e, para sempre, o escondeu, guardando um tal segredo, que, até hoje, nunca mais houve indícios de tal corpo, restos de tal juiz"*.

Um século mais tarde, no país vizinho, os habitantes de Fuenteovejuna, perto de Córdova, cansados dos abusos de poder e atropelos, revoltaram-se contra a autoridade representada pelo Comendador da Ordem de Calatrava e fizeram justiça pelas suas próprias mãos, matando-o. Lá como em Mortágua, os investigadores encarregados pelos reis católicos de averiguar os factos depararam-se com a mesma atitude dos populares: **"Quién mató el Comendador? Fuenteovejuna, señor."**. No princípio do século XVII, Lope de Vega, poeta e dramaturgo espanhol, adaptaria estes acontecimentos numa obra teatral, dando-lhe a publicidade que os factos de Mortágua nunca tiveram. Claro que as circunstâncias foram muito diferentes, em Fuenteovejuna a morte do Comendador serviu para o reforço do poder centralizado da monarquia contra os senhores feudais, o ocorrido em Mortágua não servia os interesses de nenhum poder, antes pelo contrário. Esta talvez seja a explicação para a inexistência de referências documentais sobre os acontecimentos.

O cadáver foi lançado na corrente *"que o levou e, para sempre, o escondeu, guardando um tal segredo, que nunca mais houve indícios de tal corpo, restos de tal juiz"*

A lenda do Juiz de Fora, motivo de conflitos e picardías entre os da terra e os de fora, que, das janelas do comboio ou quando a ocasião se proporcionava, provocatoriamente perguntavam: **"Quem matou o juiz?"**, (obtendo normalmente como resposta: **"Foi o teu pai com os cornos!"**, acompanhado do lançamento de tudo o que tivessem à mão), é hoje considerada património cultural de Mortágua. No início dos anos noventa foi pela primeira vez dramatizada e levada à cena na vila, tendo como protagonistas centena e meia de mortaguenses.

Aqueles que puseram a guarda a lavrar

Aproveitando o contexto deste artigo, vale a pena referenciar um outro episódio menos conhecido, com menor dimensão e diferente, que questiona a autoridade automatizada, quando o povo de Loisa, Moncorvo, no final dos anos 20 do século passado, já em ditadura, se dispôs a pôr dois GNRs a lavrar, com canga e arado, por se terem atrevido a dar voz de prisão a um aldeão que encontraram na taberna da povoação, onde tinham coincidido a comer e beber, com dois coelhos bravos pendurados do cinto em época de defeso. "Os loiseiros, que na sua terra se sentiam livres e donos dos seus recursos (incluindo os cinegéticos, está bom de ver), não podiam submeter-se a tal vexame. Poderiam lá consentir que um dos seus fosse preso por dois bichos-caretos, apenas por haver caçado uns laparotos como complemento à pobre dieta, láparos esses nados e criados no seu país?[3] Desarmados os guardas, foram buscar a dita canga e o arado e está por se saber se apenas os ameaçaram que os poriam a lavrar ou se de facto tal aconteceu. A partir daí, os Loiseiros passaram a ter a fama de ser "aqueles que puseram a guarda a lavrar", a repressão chegou a seguir...

1 Tomás da Fonseca, Laceiras, Mortágua, 1887 - Lisboa, 1968. Poeta, escritor, historiador e professor. Anti-clerical assumido, foi uma das figuras mais relevantes do movimento para a instauração da República em Portugal. Os seus livros foram alvo de censura, proibidos e confiscados pela Pide. Da sua vasta obra, há muito esgotada e difícil de encontrar, mesmo nos alfarrabistas, foram recentemente reeditados pela Antígona, *"Na Cova dos Leões"* (2009), *"O Santo Condestável – Alegações do Cardeal Diabo"* (2009) e uma antologia de textos sob o título *"Religião, República, Educação"* (2012).

2 As páginas do livro onde está relatado este episódio foram editadas na Agenda Municipal de Mortágua, números 69 e 70, de Outubro e Novembro de 2008 e podem ser consultadas nos links: http://biblioteca.cm-mortagua.pt/agenda/agenda_200810.pdf e http://biblioteca.cm-mortagua.pt/agenda/agenda_200811.pdf

3 Carlos d'Abreu, in: *Trás-os-Montes e Alto Douro, mosaico de Ciência e Cultura* (2011). Também pode ler-se no blog: http://tempocaminhado.blogspot.com.es/2012/04/coisas-da-loisa-uma-aldeia-empoleirada.html

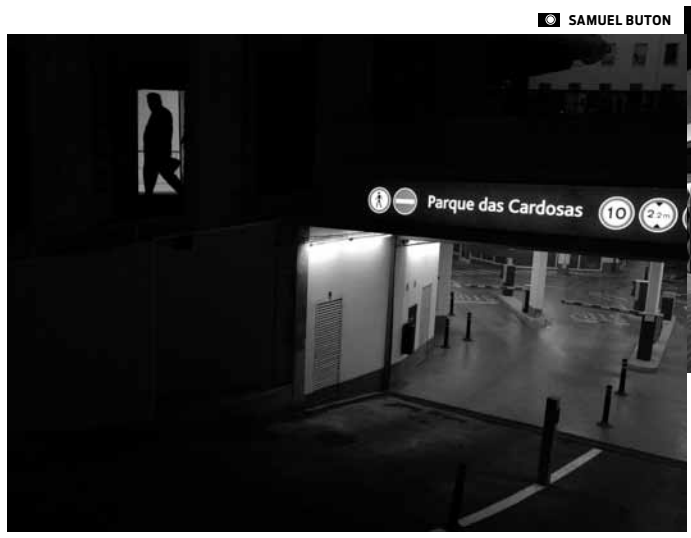
CADERNO :

Zona Privada de quase acesso público

Quem passa pela Praça da Liberdade já não pode deixar de reparar na reconstrução do Palácio das Cardosas, um edifício monumental, iniciado no séc. XVIII pela ordem dos Lóios no local de um antigo convento. Transformado num hotel de charme, com 100 quartos, SPA, "fitness center", restaurantes, bar-lounge e, claro, a respectiva galeria comercial.

TEÓFILO FAGUNDES

SAMUEL BUTON

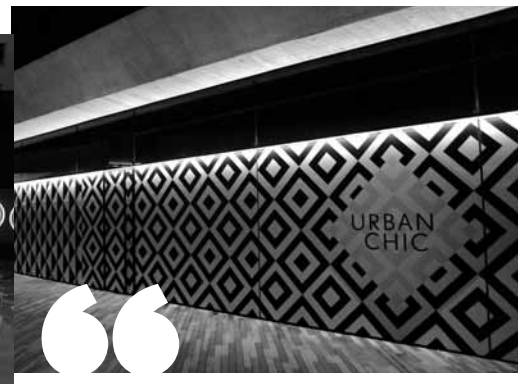


O centro histórico do Porto perde população a um ritmo 3 vezes superior ao resto da cidade.

Uma parte importante da cidade recuperada para que os turistas mais endinheirados tenham do Porto uma imagem tão rica e europeia quanto falsa. Pela frente, a recentemente granitificada Avenida dos Aliados. Por trás, em vez dos anteriores logradouros, quintais, jardins e hortas, uma praça igual a qualquer outra que se pode encontrar em Madrid ou Paris. Elementos vitais para a purificação do ar da cidade, para o depósito de partículas e para a estabilidade dos níveis freáticos transformados em placa impermeabilizada para poder albergar um parque de estacionamento subterrâneo. Retiram-se os vestígios de ocupação cidadã do interior dos quarteirões e constrói-se um complexo composto por 52 apartamentos e 19 lojas.

A opção da chamada Sociedade de Reabilitação Urbana Porto Vivo (SRU) de fazer do centro da cidade um postal de porcelana sem portuenses, mas com glamour, e baseado em condomínios fechados tem na reconstrução do Palácio e do Pátio das Cardosas um momento de rara transparência. "Isto é uma zona privada de acesso público. As pessoas podem vir aqui, passeiam, estão aqui, mas depois há uma dada hora da noite em que fecha", disse Rui Rio aos jornalistas, quando questionado sobre o facto de a praça ir fechar à noite, após o encerramento dos espaços.

O resultado da acção duma sociedade que está a gerir um território sem que a população local tenha voto na matéria é que o centro histórico da cidade tem vindo a definhar e a empobrecer: 17% dos edifícios completamente devolutos, mais de metade dos arruamentos a precisar de requalificação urgente e a perder população a um ritmo 3 vezes superior ao resto da cidade.



Uma parte importante da cidade recuperada para que os turistas mais endinheirados tenham do Porto uma imagem tão rica e europeia quanto falsa.

CONTRÁRIO À LEI

Por outro lado, a intervenção no quarteirão das Cardosas é "totalmente contrária a todas as recomendações internacionais", "incumpridora da lei portuguesa do património" e "atentatória dos bens declarados e inscritos na lista do Património Mundial". A avaliação consta de um relatório da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios (Icomos-Portugal), que funciona como consultor da UNESCO. E continua: "A actual intervenção está a efectuar demolições maciças na área classificada, numa lógica não de reabilitação, mas sim de renovação urbana, não do edifício como deve ser quando se trata de imóveis classificados, mas de quarteirão, privilegiando a criação de infra-estruturas que, em vez de terem em conta as necessidades da população local, antes a marginalizam, procurando, através da especulação imobiliária, alcançar grandes lucros prosseguindo uma estratégia de puro fachadismo, contrariando todas as recomendações internacionais."

O relatório refere-se às demolições no quarteirão e o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (Igespar) não escapa às críticas. Quando o Igespar aprovou o Plano Estratégico para a zona, em 2007, este não contemplava demolições. Apesar disso, em 2009, o então presidente do Igespar, Elísio Summavielle, aprovou a demolição de um edifício - contrariando uma decisão prévia da Direcção Regional de Cultura do Norte -, alegando "consulta prévia da comissão nacional da UNESCO". Ora, segundo o Icomos, a UNESCO "nunca elaborou qualquer parecer sobre o projecto".

NEGÓCIO RUINOSO

Mas não basta, a esta obra, ser tão abertamente contrária aos interesses da população e de legalidade duvidosa. Para além disso, é incrível a forma desassombrada como nos mostra a quem interessa a reabilitação urbana tal como ela é pensada por Rui Rio e Rui Moreira (então presidente da SRU). De facto, também tinha que ser ruinosa. De tal modo que o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), detentor de 60% da Sociedade de Reabilitação Urbana Porto Vivo, chumbou as suas contas, em Abril passado, para evitar a insolvência da empresa e também porque isso implicaria transferir 5,4 milhões de euros a fundo perdido para a SRU, devido a um prejuízo de 9,2 milhões de euros que a Câmara diz esconderem "lucros futuros". Dias antes, Vítor Reis, presidente do IHRU, em entrevista ao Público, acusava a Porto Vivo de ter ocultado informação ao IHRU sobre a operação de reabilitação do quarteirão das Cardosas, uma parceria com a empresa "Lucios" que o presidente do instituto considerou um "negócio ruinoso". Mas que a "Lucios" não considera.

O poder a olho nú

GASTÃO LIZ

Andamos por aí a deambular no meio dos edifícios de olhos fechados, à nora. Acabamos por tropeçar nas marcas que o Poder imprime. Elas caiem em cima de nós. Empurram-nos para fora e para dentro. Entreabrimos os olhos. Olhamos para ali para acolá. E descobrimos...

No Terreiro do Paço é bizarra a vista que se tem. Vemos o edifício que nos envolve, outrora paço real e símbolo em diferentes épocas do Poder em Portugal (ainda hoje restam alguns ministérios), povoado de esplanadas e de análogos serviços turísticos. Antes de mais nada, tudo pelo Crescimento. A classe política há muito que aposta na "economia de serviços", como a solução para Portugal. A indústria turística assegura os lazeres dos trabalhadores do mundo inteiro, desejando multiplicar o emprego. Embora o resultado seja: por um lado, como já o sentimos, o que cresce aqui é o desemprego, por outro, aumenta a devastação do território por via da construção de hotéis, *resorts*, campos de golfe, auto-estradas...

Em todas as épocas o Poder dominante sempre apresentou sinais que se podem ver a olho nú. Nos séculos de domínio religioso «um manto branco de igrejas», catedrais e capelas cobriu os quatro cantos do Mundo e foram para esses tempos os edifícios que mais impressionaram. Com o aparecimento da indústria e dos Estados-nações foram sendo construídos (plantados como eucaliptos) ao longo dos anos edifícios administrativos, escolas, fábricas nacionais, regionais, locais, vilas operárias...

Hoje, na baixa de Lisboa os pequenos comércios fecham as portas. Como antes desapareceram os sapateiros, tanoeiros, cordoeiros, ourives, oficíos que deram o nome a ruas e travessas. O desenvolvimento do progresso, obriga. E se um dia a cidade se atrasa, é preciso demolir. É imperativo que os arquitectos "criem" e que a Economia viva. Ao lado da sede do Município lisboeta, uma antiga igreja foi convertida em museu do Banco de Portugal. A fachada foi mantida, o interior alterado. Por toda a cidade uma ocupação mais subtil dos lugares opera-se através do mantimento da fachada, a única que é legalmente protegida, mesmo que todo o interior seja arrasado a fim de construir escritórios, parques de estacionamento, hotéis, apartamentos, museus....

J. BARREIRA

O centro da cidade é assim um museu para os turistas visitarem, uma galeria de bares onde se compra o «tempo livre»

Enquanto as necessidades reais são ignoradas, a publicidade e outras formas de pressão social impõem à população toda a espécie de utensílios. Por isso, logo que nos aproximamos da cidade somos acolhidos por uma muralha de reclames coloridos, flamantes, agressivos. Há cerca de trinta anos que se anda a construir às portas das cidades gigantescos espaços comerciais. Assim, o centro das cidades foi progressivamente esvaziado de habitantes, de comerciantes e do formigueiro social que o acompanhava. Se na «idade média», como em outras épocas, as portas fortificadas demarcavam a cidade, hoje o seu limite são as zonas comerciais-industriais. A cidade apresenta-se rodeada por um bastião periférico representando o mesmo que as antigas fortificações representavam.

O centro da cidade é assim um museu para os turistas visitarem, uma galeria de bares onde se compra o «tempo livre», onde nos empregamos no entretenimento, especialmente ao fim de semana. As pessoas desaparecem argamassadas pela massa feita de produtos e de lixos industriais, esmagadas numa avalanche de ruídos, imagens, de dirigentes políticos e de leis.

O Caderno continua na pagina 10

CIDADES: REABILITAR E RENOVAR... PARA QUEM?

Quem não tem dinheiro está fora de jogo

Os habitantes mais pobres do Rio de Janeiro têm vindo a ser violentamente despejados das suas casas, para que a cidade pareça mais "limpa" ao receber os grandes eventos desportivos dos próximos anos.

IA / M. LIMA

LUIZ BALTAR

EMOP & GOVERNO DO ESTADO NÃO À OPRESSÃO!
QUEREMOS IGUALDADE DE DIREITOS.
EM TEMPOS DE SUSTENTABILIDADE
SOMOS EXPULSOS A MARRETADAS!!!
NÃO AS REMOÇÕES
FORÇADAS PELO GOVERNO
DO ESTADO/EMOP
MORADORES de MANGUINHOS
"QUE A COPA E AS OLIMPIADAS NÃO SEJAM
FINANCIADAS COM A NOSSA DOR"
MORADORES DE MANGUINHOS

Protestos dos moradores da comunidade de Beira Rio, na favela de Manguinhos, zona Norte do rio de Janeiro, contra as demolições efectuadas pelo Governo do Estado.

Os mega eventos Copa 2014 (mundial de futebol) e Jogos Olímpicos de 2016, são os responsáveis pelas acções bruscas de despejos de comunidades em diversos locais da cidade, sobretudo em zonas de alta valorização imobiliária, como é o caso de algumas favelas centrais. São obras para a construção de vários equipamentos desportivos, infra-estruturas de mobilidade mas, também, intervenções de reestruturação urbana. Um dos objectivos destas intervenções é limpar as zonas nobres da grande cidade da aparência de pobreza, forçando os moradores de vários bairros a saírem das suas casas e, simultaneamente, cedendo as zonas a grandes projectos imobiliários. Estas "revitalizações" dos bairros pobres têm consistido em demolições ilegais de habitações (remoções) feitas tão "em cima do joelho" que deixam os moradores não só sem alternativas de habitação, como até sem os pertences que tinham nas suas casas. Por todo o Rio, de acordo com uma reclamação dos moradores[1] endossada pela Procuradoria-Geral de Justiça Brasileira, **"há relatos de moradores que viajavam ou saíam para trabalhar e, quando voltavam, encontravam suas casas demolidas, com a mobília dentro"**. O processo é executado com a pressa da construção a tempo dos eventos turísticos, atropelando quem não fizer parte do plano megalómano. Marcam-se a spray as casas a serem demolidas, como nos tempos da peste se marcavam as casas infectadas. **"Hoje, as casas que serão removidas são marcadas com as letras SMH, de Secretaria Municipal de Habitação, que a criatividade popular também não deixou escapar e chama de "Sai do Morro Hoje"**[2] No Rio de Janeiro, devido às dimensões, à densidade populacional e a esta lógica utilitária do espaço, existem cada vez mais casos de trabalhadores que residem de tal maneira longe do seu local de trabalho, que não têm dinheiro para se deslocarem a casa. Dormem na rua, no calçadão perto da praia, e só vão a casa ao fim-de-semana. As actuais renovações urbanas vêm agravar esta situação, ao empurrar a quase totalidade das pessoas desalojadas para áreas longínquas. Devido a um aumento generalizado do custo de vida ou porque os encaminham para moradias sociais, os habitantes cariocas que perderam as casas nestas expropriações estatais, são redireccionados para locais remotos, alguns a 60 km de distância do centro, sem transportes, sem comércio e, por vezes, sem saneamento.

> **Há relatos de moradores que viajavam ou saíam para trabalhar e, quando voltavam, encontravam as suas casas demolidas com a mobília dentro**

O Comitê Popular Rio da Copa e Olimpíadas[3], plataforma de contestação a estas transformações, aponta que cerca de 30 mil pessoas sofrerão remoções forçadas por causa da Copa e das Olimpíadas, só no Rio de Janeiro. No total, visto que o mundial acontecerá em várias cidades, estimam que 170.000 pessoas serão despejadas das suas casas.

Esta prática pode ser vista como Gentrificação, na acepção mais pura do conceito: "enobrecer" zonas, ao renovar e especular com os edifícios, aumentando o custo de vida para, conscientemente, afastar os pobres e atrair classes sociais mais altas.

Dave Zirin, autor de um livro e um documentário sobre estes temas[4], aponta que **"No século 21, estes eventos esportivos vão requerer mais estádios e hotéis. O país-sede precisa proporcionar um aparato massivo de segurança, uma determinação para esmagar as liberdades civis e o desejo de criar o tipo de "infraestrutura" que estes jogos exigem. Isso significa não apenas estádios, mas estádios novinhos em folha. Isso significa não apenas segurança, mas a mais nova tecnologia antiterrorista. Isso significa não apenas novas formas de transporte para os locais de jogos, mas esconder a pobreza dos que vão e vêm das competições. Isso significa gastar bilhões de dólares para criar um playground para o turismo internacional e para os patrocinadores multinacionais."**[5] Outras vozes que se insurgem contra estes fenómenos, falam da criação de um estado de excepção, com introdução de leis anti-terroristas (coisa que o Brasil não tinha) - a FIFA a definir quem entra e quem sai do Brasil durante a Copa e suspensões de direitos durante os eventos, como o direito à greve.

Esta onda de renovação e construção, que engloba também um ambicioso projecto para o porto da cidade, está entregue a grandes empresas construtoras, como a IMX, propriedade de Eike Batista, o homem mais rico do Brasil, a Odebrecht, a Delta ou a MRV. Empresas que facturam quantias obscenas, aproveitando-se do boom económico do Brasil e que apresentam o Rio de Janeiro como o maior projecto urbano da América do Sul, a grande cidade do futuro. Mas não é fácil para um governo executar estas mudanças, contra a vontade de milhares de pessoas. Tal não poderia acontecer sem uma forte componente repressiva, que conta já com várias denúncias de violência e mortes nas suas mãos.

Precisamente para satisfazer estas necessidades, foi a criada a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), um conceito parecido ao de polícia de proximidade, do qual tanto se fala para os bairros sociais em Portugal e que ocupou algumas linhas na edição anterior do jornal Mapa. A UPP instala-se num bairro, previamente escolhido pela sua localização privilegiada, trazendo uma aparente segurança, o que atrai empresas e acaba com o comércio paralelo. O nível de vida aumenta consequentemente (aumentos de 300% do valor de renda no Complexo do Alemão[6], por exemplo) e os residentes, ao não conseguirem suportar o custo de vida, vêem-se forçados a sair do bairro. Daí, as grandes empresas já mencionadas começam o trabalho de expulsão e demolição, sempre a mando e em colaboração com o governo. Facturam-se biliões, expulsam-se as classes baixas e o centro fica com uma aparência de modernidade e riqueza, reservado a quem se pode dar ao luxo de ali habitar: classe média-alta, estrangeiros e turistas.[7] Numa grande contradição, é a esses mesmos trabalhadores pobres que se explora, todos os dias, para que assegurem o serviço às mesas, a limpeza das ruas, a construção dos estádios.

A ilusão, tantas vezes presente nestes processos, de que se vai gerar riqueza, criar postos de trabalho em grande escala, extingue-se quando os períodos de construção acabam. A partir daí, em muitos casos, a mão-de-obra necessária passa a ter que ser "especializada", exigindo formação específica e o domínio de diferentes idiomas para as tarefas mais simples, excluindo a grande maioria de pessoas que se dizia serem as beneficiárias dos tais postos de trabalho. Outra falsa vantagem destes eventos é o acesso ao desporto e à cultura que, ironicamente, **"Assim como no México, onde a realização de duas Copas e uma Olimpíada não gerou nenhum avanço na prática de esporte, a tendência é de que no Brasil a situação até piore. Com a destruição dos campinhos, com a derrubada das comunidades e o avanço da especulação imobiliária é mais provável que a prática de esporte diminua"**. Segundo denuncia a jornalista Elaine Tavares, **"Essa é a dura realidade do Brasil. Está sendo preparado para a Copa, e haverá de eliminar os pobres, custe o que custar. Tudo em nome de alguns dias de entretenimento para muito poucos e de lucros estratosféricos para muito poucos também."**[8]

O grande estádio do Maracanã, neste momento já em obras de renovação, tem ou tinha à sua volta uma Escola, um Complexo Desportivo Popular e um antigo Museu do Índio, ocupado por vários indígenas que o reclamavam como espaço para a sua cultura ancestral. Todos estes espaços estão marcados para demolição e em todos eles as populações opõem-se. No dia 22 de Março deste ano os Índios foram despejados, agredidos e criminalizados porque os planos urbanísticos do governo vão impor parques de estacionamento e grandes estradas de acesso. Acerca deste despejo podemos ler **"Somos nações originárias étnicas desta terra. Queremos um espaço na cidade para podermos trabalhar a cultura indígena em um diálogo cotidiano. Somos a representação, no espaço urbano, do indígena brasileiro. Faremos tudo o que estiver a nosso alcance para que esse sonho se realize"**[9]

Estes fenómenos de "revitalização" ou "reabilitação" não são recentes nem exclusivos de um continente. Aliás, os Jogos Olímpicos têm sido contestados e criticados por onde quer que passam, nos últimos anos. Em Barcelona denunciaram-se os actos de grupos de operários da construção civil, que aterrorizaram os moradores que se recusavam a sair das suas casas, partindo-lhes portas e janelas ou ameaçando-os, até que todos acabaram por sair. Em Moscavide, na Expo98, ficou bem claro a quem se destina a zona ribeirinha reabilitada e as pessoas que ali viviam foram tratadas como um incómodo. Em Pequim, estádios que custaram biliões estão agora abandonados e não servem a ninguém. A lista continua... As intervenções financiadas pelos grandes eventos têm um carácter mais flagrante e apressado, mas reflectem a realidade quotidiana das sociedades modernas: Por onde quer que passe o progresso, já se sabe quem factura, quem usufrui e quem é despejado.

1 in http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.pt/2011/04/comunidades-denunciam-despejos-forcados.html

2 artigo de Paula Paiva Paulo, para o Canal Ibase: http://www.canalibase.org.br/rio-vive-novo-ciclo-de-politica-de-remocoes/

3 Sitio do Comité Popular Rio da Copa e Olimpíadas: www.comitepopulario.wordpress.com

4 "Bad Sports: How Owners are Ruining the Games we Love", "Not Just a Game".

5 in http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/05/201159123141256818.html

6 in "A História das Urbanizações nas Favelas Parte III: Morar Carioca na Visão e na Prática", no site www.rioonwatch.org.br

7 consultar o artigo: http://rioonwatch.org/?p=3252

8 in http://eteia.blogspot.pt/2013/04/os-grandes-eventos-esportivos-e.html

9 Palavras de José Guajajara no site www.virusplanetario.net

ORGANOGRAMA

O custo do cimento

SUN SETH

O êxito de um empreendedor ambicioso começa por ter capital para investir. Precisamos de uma boa ideia, com procura, futuro e a partir daí estuda-se como obter um produto da maneira mais rentável possível.

Suponhamos que a maneira mais rentável seria que nós mesmos fabricássemos esse produto em vez de o comprar a terceiros. Que precisamos agora? De um bom local para fabricar esse produto, da matéria prima que vem da natureza para ser transformada, da energia necessária para essa transformação, que pode ser humana e/ou mecânica e que por sua vez necessita de outra matéria prima para funcionar.

Um bom exemplo de uma empresa de alta rentabilidade é a empresa Secil, do Grupo Semapa, que se dedica à produção de cimento, o material mais consumido pelo homem depois da água. As suas fábricas encontram-se junto a pedreiras de onde se extrai a sua matéria prima: o calcário e a argila. Para esta extracção procede-se à dinamitação de lugares de pouco interesse, tais como Serras e Bosques... Uma vez extraída, a argila é transformada em Clínquer (o principal componente do cimento) por meio de fornos de altas temperaturas onde também se co-incineram vários tipos de combustível que, em parte, são biomassa produzida por outras empresas do mesmo grupo da Secil e, em parte, resíduos perigosos recuperados de outras indústrias. A co-incineração de resíduos perigosos é um serviço pago e, deste modo, não é preciso investir em energia resultando isto num aumento dos rendimentos do grupo económico..

Assim, temos uma empresa bem sucedida que de facto tem um ritmo constante de expansão e crescimento que custa a acompanhar. O seu desenvolvimento foi tão rápido que em poucos anos conseguiram absorver várias outras empresas, eliminando a concorrência e quase monopolizando a sua área de actividade. Para além de Portugal, onde conta com várias fábricas e entrepostos, continua a sua expansão além fronteiras.

Mas existe um reverso da moeda e surgiram alguns problemas. Em Setúbal, a população que parecia já descontente com a presença das pedreiras na serra da Arrábida reagiu imediatamente contra a instalação da co-incineração com protestos, manifestações e campanhas, talvez porque não queriam aceitar a ideia de viver debaixo de uma nuvem de furanos e dioxinas, altamente cancerígenos e prejudiciais para a saúde.

A consequência desta reacção traduz-se na perda de tempo, e portanto de dinheiro, assim como numa péssima reputação para esta empresa. A solução é fácil e a Secil pinta-se de verde: contratam-se uns técnicos de marketing, uns engenheiros e psicólogos do ambiente e prepara-se uma campanha de desenvolvimento sustentável fazendo crer as pessoas que esta empresa é fundamental para o desenvolvimento da região. Como? Fazendo alguns amigos, patrocinando as associações locais e exigindo a visibilidade do emblema.

Evitando que a destruição provocada pelo desenvolvimento não se veja da praia. Repovoando parte das pedreiras com plantas autóctones e situando bem visíveis ao lado da estrada os viveiros, bem assinalados, onde estas são cultivadas. Contratando empresas de estudos de impacto social e criando empresas de controlo da qualidade do ar que confirmem os valores mínimos permitidos não deixando muita margem para as dúvidas sobre os riscos da co-incineração.

Nada disto teria sido possível sem o imprescindível apoio e simpatia dos serviços prestados pelos meios de comunicação locais, dos favores dos tribunais e do governo, com especial agradecimento ao Ministério do Ambiente.

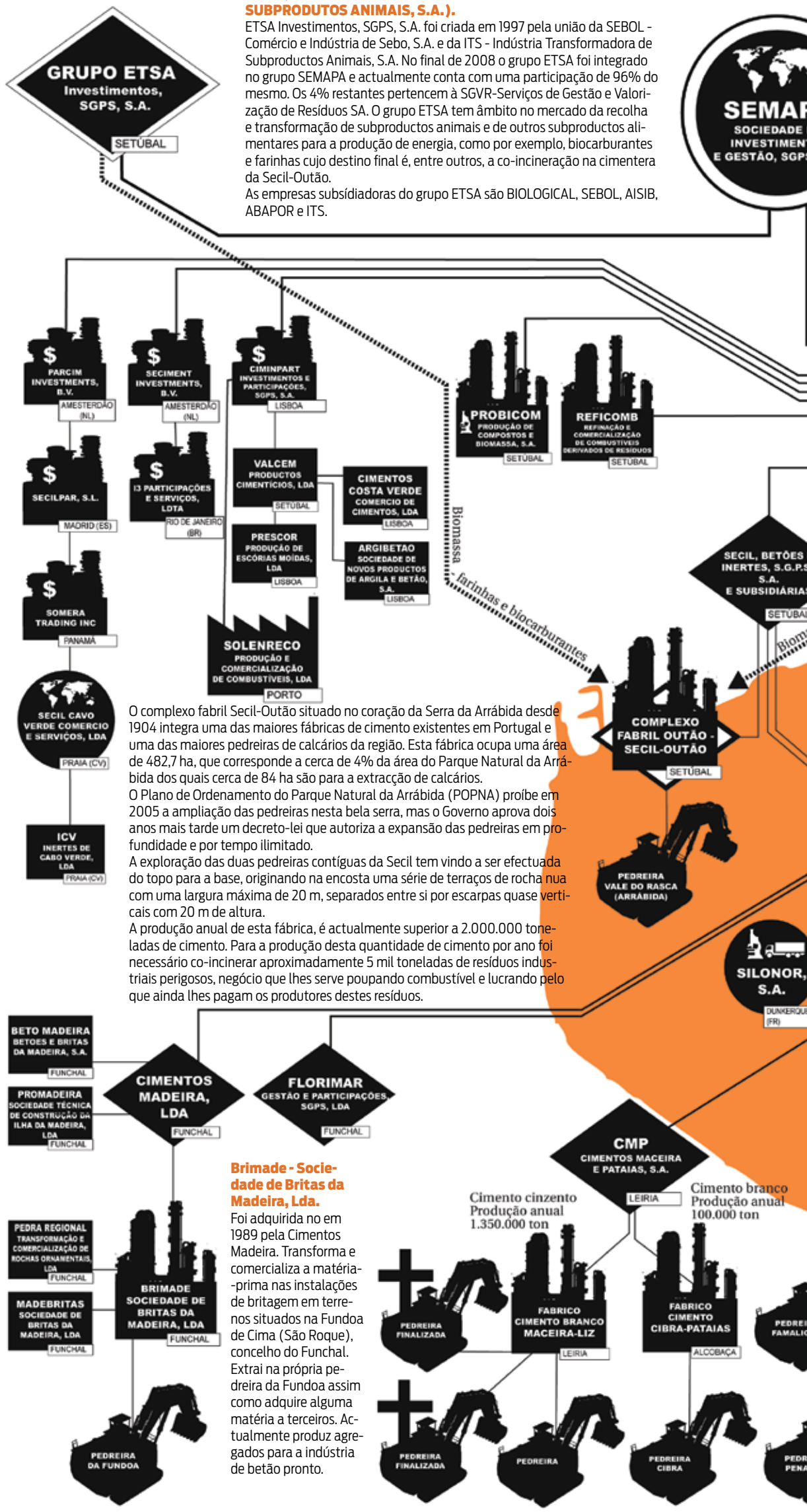
Parece certamente que a Secil até faz um favor à Serra e aos cidadãos.

A Secil quer fazer acreditar que o desenvolvimento económico, enquanto gerador de riqueza, é sempre compatível com o respeito pelo património ambiental do planeta. Como se a natureza se renovasse ao mesmo ritmo da sua destruição. Como se fosse possível prolongar até ao infinito os actuais níveis de desenvolvimento/produção. Como se o consumo dos recursos naturais, proporcional ao desenvolvimento económico, pudesse ser sustentável para gerações futuras.

A ideia de progresso e desenvolvimento económico, tão cara às sociedades modernas, implica um total ordenamento do território que investe na escravatura da terra com vista à produção de riqueza para o homem. Aquelas restantes e isoladas 'zonas verdes' são denominadas parques, ou "parque natural", para ser exploradas por outros sectores como o turismo, por exemplo. Este modo de vida tornou todos os lugares numa uma grande fábrica. Quer queiramos quer não dela fazemos todos parte, uns como directores outros como arquitectos e outros ainda como peões. Negoceia-se a exploração e dependência do trabalho sob o mote da prosperidade, qualidade de vida e abundância. No final, a maioria apenas trabalha para mal viver.

Para continuar a funcionar, esta grande fábrica precisa tanto da mentalidade capitalista do desenvolvimento económico como daquela verde alternativa da esquerda, ou daqueles que a pretendam aperfeiçoar ou melhorar. Não será nunca a política que acabará com a exploração do homem e da terra. É uma boa questão o modo como cada um de nós poderia, à sua maneira, recuperar a sua autonomia e libertar-nos desta sucata.

ORGANIGRAMA RETIRADO DO BOLETIM *PÉS DE GATO*.
CONTACTO: PESDEGATO.BOLETIM@GMAIL.COM



ETSA (EMPRESA TRANSFORMADORA DE SUBPRODUTOS ANIMAIS, S.A.).

ETSA Investimentos, SGPS, S.A. foi criada em 1997 pela união da SEBOL - Comércio e Indústria de Sebo, S.A. e da ITS - Indústria Transformadora de Subproductos Animais, S.A. No final de 2008 o grupo ETSA foi integrado no grupo SEMAPA e actualmente conta com uma participação de 96% do mesmo. Os 4% restantes pertencem à SGVR-Serviços de Gestão e Valorização de Resíduos SA. O grupo ETSA tem âmbito no mercado da recolha e transformação de subproductos animais e de outros subproductos alimentares para a produção de energia, como por exemplo, biocarburantes e farinhas cujo destino final é, entre outros, a co-incineração na cimentera da Secil-Outão.

As empresas subsídiadoras do grupo ETSA são BIOLOGICAL, SEBOL, AISIB, ABAPOR e ITS.

O complexo fabril Secil-Outão situado no coração da Serra da Arrábida desde 1904 integra uma das maiores fábricas de cimento existentes em Portugal e uma das maiores pedreiras de calcários da região. Esta fábrica ocupa uma área de 482,7 ha, que corresponde a cerca de 4% da área do Parque Natural da Arrábida dos quais cerca de 84 ha são para a extracção de calcários.

O Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA) proíbe em 2005 a ampliação das pedreiras nesta bela serra, mas o Governo aprova dois anos mais tarde um decreto-lei que autoriza a expansão das pedreiras em profundidade e por tempo ilimitado.

A exploração das duas pedreiras contíguas da Secil tem vindo a ser efectuada do topo para a base, originando na encosta uma série de terraços de rocha nua com uma largura máxima de 20 m, separados entre si por escarpas quase verticais com 20 m de altura.

A produção anual de esta fábrica, é actualmente superior a 2.000.000 toneladas de cimento. Para a produção desta quantidade de cimento por ano foi necessário co-incinerar aproximadamente 5 mil toneladas de resíduos industriais perigosos, negócio que lhes serve poupando combustível e lucrando pelo que ainda lhes pagam os produtores destes resíduos.

Brimade - Sociedade de Britas da Madeira, Lda.

Foi adquirida no em 1989 pela Cimentos Madeira. Transforma e comercializa a matéria-prima nas instalações de britagem em terrenos situados na Fundoa de Cima (São Roque), concelho do Funchal. Extrai na própria pedreira da Fundoa assim como adquire alguma matéria a terceiros. Actualmente produz agregados para a indústria de betão pronto.

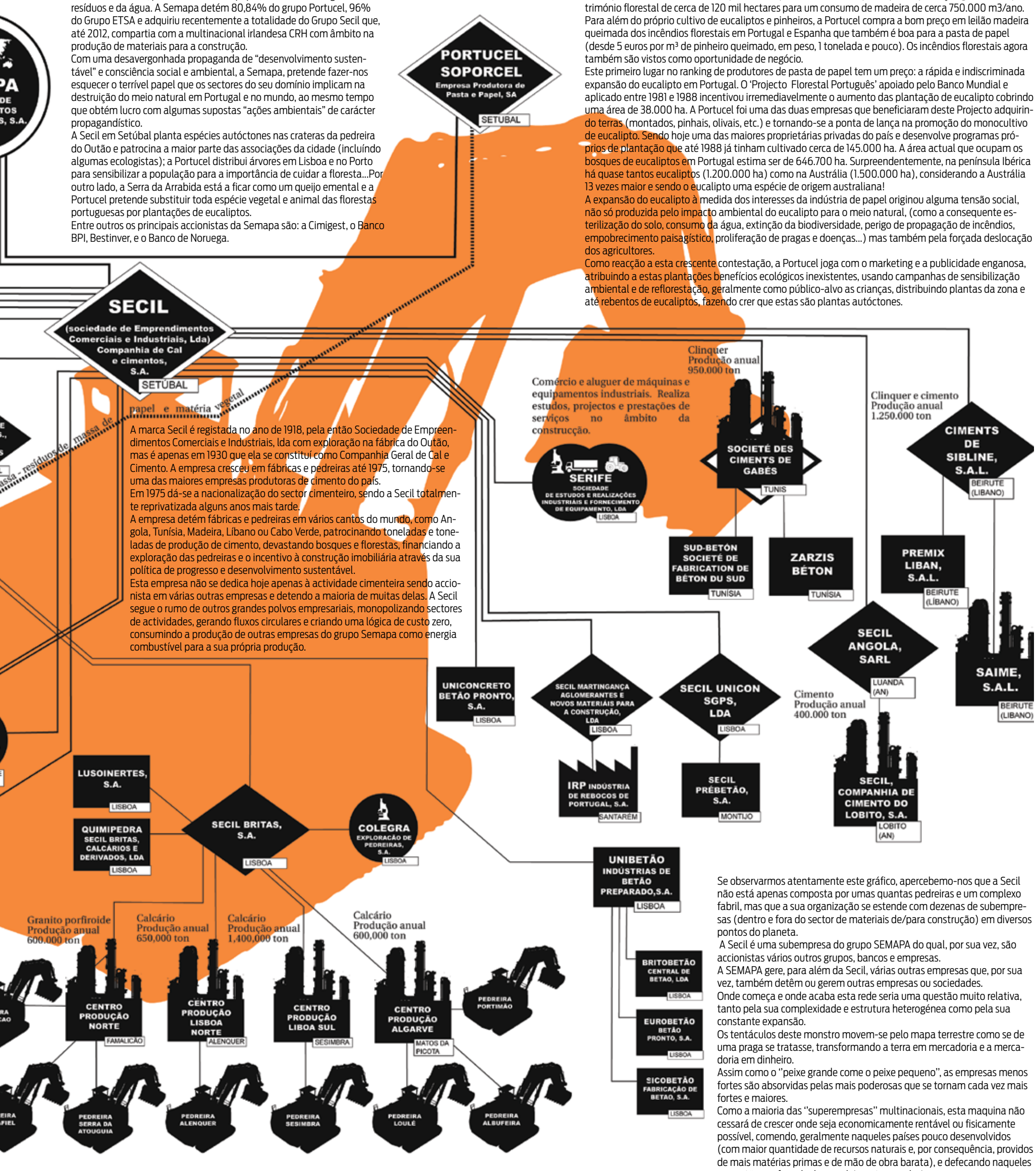
OS TENTÁCULOS DA SECIL

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.

Fundada em 1991 pela família Queiroz Pereira com o objectivo de concorrer à reprivatização das empresas Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e CMP – Cimentos Maceira e Pataias, S.A.
Actualmente a Semapa é um "holding" de empresas com domínio no sector do cimento, pasta de celulosa e papel, assim como na gestão de resíduos e da água. A Semapa detém 80,84% do grupo Portucel, 96% do Grupo ETSA e adquiriu recentemente a totalidade do Grupo Secil que, até 2012, compartia com a multinacional irlandesa CRH com âmbito na produção de materiais para a construção.
Com uma desavergonhada propaganda de "desenvolvimento sustentável" e consciência social e ambiental, a Semapa, pretende fazer-nos esquecer o terrível papel que os sectores do seu domínio implicam na destruição do meio natural em Portugal e no mundo, ao mesmo tempo que obtém lucro com algumas supostas "ações ambientais" de carácter propagandístico.
A Secil em Setúbal planta espécies autóctones nas crateras da pedreira do Outão e patrocina a maior parte das associações da cidade (incluíndo algumas ecologistas); a Portucel distribui árvores em Lisboa e no Porto para sensibilizar a população para a importância de cuidar a floresta...Por outro lado, a Serra da Arrabida está a ficar como um queijo emental e a Portucel pretende substituir toda espécie vegetal e animal das florestas portuguesas por plantações de eucaliptos.
Entre outros os principais accionistas da Semapa são: a Cimigest, o Banco BPI, Bestinver, e o Banco de Noruega.

PORTUCEL-SOPORCEL (PORTUCEL S.A.)

A Portucel Soporcel é a maior produtora de papel kraft de eucalipto na Europa. Este grupo empresarial que foi reprivatizado e adquirido pela Semapa em 2004 dedica-se principalmente ao fabrico de polpa de celulose e papel fino para impressão/escrita para além da produção de biomassa para energia eléctrica. Tem uma produção anual de 1,6 milhões de toneladas de papel, 1,4 milhões de toneladas de pasta e de 2,5 TWh/ano de energia eléctrica.
A companhia utiliza na sua maior parte eucaliptos como matéria prima para a produção gerindo um património florestal de cerca de 120 mil hectares para um consumo de madeira de cerca 750.000 m3/ano. Para além do próprio cultivo de eucaliptos e pinheiros, a Portucel compra a bom preço em leilão madeira queimada dos incêndios florestais em Portugal e Espanha que também é boa para a pasta de papel (desde 5 euros por m³ de pinheiro queimado, em peso, 1 tonelada e pouco). Os incêndios florestais agora também são vistos como oportunidade de negócio.
Este primeiro lugar no ranking de produtores de pasta de papel tem um preço: a rápida e indiscriminada expansão do eucalipto em Portugal. O 'Projecto Florestal Português' apoiado pelo Banco Mundial e aplicado entre 1981 e 1988 incentivou irremediavelmente o aumento das plantação de eucalipto cobrindo uma área de 38.000 ha. A Portucel foi uma das duas empresas que beneficiaram deste Projecto adquirindo terras (montados, pinhais, olivais, etc.) e tornando-se a ponta de lança na promoção do monocultivo de eucalipto. Sendo hoje uma das maiores proprietárias privadas do país e desenvolve programas próprios de plantação que até 1988 já tinham cultivado cerca de 145.000 ha. A área actual que ocupam os bosques de eucaliptos em Portugal estima ser de 646.700 ha. Surpreendentemente, na península Ibérica há quase tantos eucaliptos (1.200.000 ha) como na Austrália (1.500.000 ha), considerando a Austrália 13 vezes maior e sendo o eucalipto uma espécie de origem australiana!
A expansão do eucalipto à medida dos interesses da indústria de papel originou alguma tensão social, não só produzida pelo impacto ambiental do eucalipto para o meio natural, (como a consequente esterilização do solo, consumo da água, extinção da biodiversidade, perigo de propagação de incêndios, empobrecimento paisagístico, proliferação de pragas e doenças...) mas também pela forçada deslocação dos agricultores.
Como reacção a esta crescente contestação, a Portucel joga com o marketing e a publicidade enganosa, atribuindo a estas plantações benefícios ecológicos inexistentes, usando campanhas de sensibilização ambiental e de reflorestação, geralmente como público-alvo as crianças, distribuindo plantas da zona e até rebentos de eucaliptos, fazendo crer que estas são plantas autóctones.


PORTUCEL SOPORCEL
Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA
SETUBAL
SECIL
(sociedade de Emprendimentos Comerciais e Industriais, Lda) Companhia de Cal e cimentos, S.A.
SETÚBAL
papel e matéria vegetal
massa - resíduos de
A marca Secil é registada no ano de 1918, pela então Sociedade de Empreendimentos Comerciais e Industriais, lda com exploração na fábrica do Outão, mas é apenas em 1930 que ela se constituí como Companhia Geral de Cal e Cimento. A empresa cresceu em fábricas e pedreiras até 1975, tornando-se uma das maiores empresas produtoras de cimento do país.
Em 1975 dá-se a nacionalização do sector cimenteiro, sendo a Secil totalmente reprivatizada alguns anos mais tarde.
A empresa detém fábricas e pedreiras em vários cantos do mundo, como Angola, Tunísia, Madeira, Líbano ou Cabo Verde, patrocinando toneladas e toneladas de produção de cimento, devastando bosques e florestas, financiando a exploração das pedreiras e o incentivo à construção imobiliária através da sua política de progresso e desenvolvimento sustentável.
Esta empresa não se dedica hoje apenas à actividade cimenteira sendo accionista em várias outras empresas e detendo a maioria de muitas delas. A Secil segue o rumo de outros grandes polvos empresariais, monopolizando sectores de actividades, gerando fluxos circulares e criando uma lógica de custo zero, consumindo a produção de outras empresas do grupo Semapa como energia combustível para a sua própria produção.
Comércio e aluguer de máquinas e equipamentos industriais. Realiza estudos, projectos e prestações de serviços no âmbito da construcção.
SERIFE
SOCIEDADE DE ESTUDOS E REALIZAÇÕES INDUSTRIAIS E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO, LDA
LISBOA
Clinquer
Produção anual
950.000 ton
SOCIETÉ DES CIMENTS DE GABÉS
TUNIS
Clinquer e cimento
Produção anual
1.250.000 ton
CIMENTS DE SIBLINE, S.A.L.
BEIRUTE (LIBANO)
SUD-BETÓN SOCIETÉ DE FABRICATION DE BÉTON DU SUD
TUNÍSIA
ZARZIS BÉTON
TUNÍSIA
PREMIX LIBAN, S.A.L.
BEIRUTE (LÍBANO)
SAIME, S.A.L.
BEIRUTE (LIBANO)
SECIL ANGOLA, SARL
LUANDA (AN)
Cimento
Produção anual
400.000 ton
SECIL, COMPANHIA DE CIMENTO DO LOBITO, S.A.
LOBITO (AN)
UNICONCRETO BETÃO PRONTO, S.A.
LISBOA
SECIL MARTINGANÇA AGLOMERANTES E NOVOS MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO, LDA
LISBOA
IRP INDÚSTRIA DE REBOCOS DE PORTUGAL, S.A.
SANTARÉM
SECIL UNICON SGPS, LDA
LISBOA
SECIL PRÉBETÃO, S.A.
MONTIJO
LUSOINERTES, S.A.
LISBOA
QUIMIPEDRA SECIL BRITAS, CALCÁRIOS E DERIVADOS, LDA
LISBOA
SECIL BRITAS, S.A.
LISBOA
COLEGRA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, S.A.
LISBOA
UNIBETÃO INDÚSTRIAS DE BETÃO PREPARADO,S.A.
LISBOA
BRITOBETÃO CENTRAL DE BETAO, LDA
LISBOA
EUROBETÃO BETÃO PRONTO, S.A.
LISBOA
SICOBETÃO FABRICAÇÃO DE BETAO, S.A.
LISBOA
Granito porfiroide
Produção anual
600.000 ton
Calcário
Produção anual
650,000 ton
Calcário
Produção anual
1,400,000 ton
Calcário
Produção anual
600,000 ton
CENTRO PRODUÇÃO NORTE
FAMALICÃO
CENTRO PRODUÇÃO LISBOA NORTE
ALENQUER
CENTRO PRODUÇÃO LIBOA SUL
SESIMBRA
CENTRO PRODUÇÃO ALGARVE
MATOS DA PICOTA
PEDREIRA PORTIMÃO
PEDREIRA SERRA DA ATOUGUIA
PEDREIRA ALENQUER
PEDREIRA SESIMBRA
PEDREIRA LOULÉ
PEDREIRA ALBUFEIRA

Se observarmos atentamente este gráfico, apercebemo-nos que a Secil não está apenas composta por umas quantas pedreiras e um complexo fabril, mas que a sua organização se estende com dezenas de subempresas (dentro e fora do sector de materiais de/para construção) em diversos pontos do planeta.
A Secil é uma subempresa do grupo SEMAPA do qual, por sua vez, são accionistas vários outros grupos, bancos e empresas.
A SEMAPA gere, para além da Secil, várias outras empresas que, por sua vez, também detêm ou gerem outras empresas ou sociedades.
Onde começa e onde acaba esta rede seria uma questão muito relativa, tanto pela sua complexidade e estrutura heterogénea como pela sua constante expansão.
Os tentáculos deste monstro movem-se pelo mapa terrestre como se de uma praga se tratasse, transformando a terra em mercadoria e a mercadoria em dinheiro.
Assim como o "peixe grande come o peixe pequeno", as empresas menos fortes são absorvidas pelas mais poderosas que se tornam cada vez mais fortes e maiores.
Como a maioria das "superempresas" multinacionais, esta maquina não cessará de crescer onde seja economicamente rentável ou fisicamente possível, comendo, geralmente naqueles países pouco desenvolvidos (com maior quantidade de recursos naturais e, por consequência, providos de mais matérias primas e de mão de obra barata), e defecando naqueles que estão em fase de desenvolvimento económico.

CADERNO :

Continuação do Caderno

CÁTIA MARTINS

Candidatura da UC a Património Mundial e o "saneamento" da cidade de Coimbra

Na segunda quinzena de Junho vai decorrer, no Camboja, uma reunião da UNESCO onde será decidida a classificação da Universidade de Coimbra (UC) como Património Mundial.

MARIA LACERDA MOURA

Estão candidatas oficialmente, desde Janeiro de 2012, enquanto património material, a UC, Alta Universitária e a Rua da Sofia, onde se situam os 17 edifícios avaliados como detentores de grande valor patrimonial, e ainda a zona de protecção que envolve a Baixa de Coimbra e vários outros espaços circundantes da zona alvo de classificação. Quanto ao que designam de património imaterial, estão a ser candidatadas as denominadas "tradições académicas", tais como a tomada de posse do Reitor, a abertura solene das aulas, as provas de doutoramento e os doutoramentos *honoris causa* e, também, o que designam por "cultura académica estudantil", na qual incluem a festa das latas, a queima das fitas, as praxes, as serenatas e a Canção de Coimbra. Aglomeram, ainda, as Repúblicas de Coimbra, "marco simbólico e histórico" dessa dita "cultura académica", entre outros "marcos" incluídos nesta componente imaterial da candidatura.

Alguns exemplos de patrimonialização precedidos pela UNESCO denunciam a forma como os respectivos instrumentos políticos e legislativos servem não só o propósito de revitalização, regulação e protecção do que classificam de património cultural *per se*, como também instituem regras respeitantes à inventariação e circulação de bens e produtos culturais, com a finalidade de incrementar o mercado turístico e as indústrias culturais, promovendo processos de *gentrificação* nas áreas classificadas, nomeadamente, as que compreendem "centros históricos".

Nas sociedades contemporâneas, imiscuídas na globalização, constata-se a valorização económica do património, a reinvenção e a mercantilização de "coisas", lugares, paisagens culturais e identidades, que se integram nas indústrias turísticas. Assim, o património é dramatizado, por exemplo, através dos monumentos, comemorações e museus que, sob uma concepção conservadora e autoritária, procedem ao tradicionalismo e folclorização reproduzidos pelas elites.

> **"Outra agravante é o aumento exponencial das rendas provocado, quer pela "Nova Lei do Arrendamento" que legalmente o legitima, quer pela especulação imobiliária cada vez maior.**

As cidades tornam-se assim rentáveis pólos turísticos, espaços altamente estetizantes, onde as artes e a cultura são "coisificadas" em produtos que rentabilizam os espaços urbanos, moldados para um olhar turístico consumista.

As directivas da UNESCO devem ser tomadas com precaução e ser alvo de críticas, pois participam da legitimação quer de uma nova ordem económica imposta, quer de políticas e concepções culturais limitadas que despoletam políticas patrimoniais de apropriação cultural pelos grupos hegemónicos e económicos, associadas a uma visão essencialista e tradicionalista de cultura, identidade e património, tal como o que se está a verificar no processo de patrimonialização em Coimbra.

A candidatura da UC foi realizada sem consulta da população ou das comunidades inseridas na área que está a ser candidatada a Património Mundial. A inven-

CIDADES: REABILITAR E RENOVAR... PARA QUEM?

© ANA RUTE VILA

tariação e definição do que é considerado património cultural foi feita unicamente pelos/as peritos/as desta instituição, tendo sido ignoradas as comunidades da cidade já que não houve nenhum contacto com as pessoas. Esta candidatura constitui-se, assim, como uma imposição a estas comunidades. Aqui incluem-se as várias Repúblicas, que em momento algum foram contactadas pela UC, mas que vêm definidas na candidatura enquanto património imaterial sob uma concepção tradicionalista e praxista que não corresponde à realidade e diversidade destas comunidades.

Este processo torna-se, assim, um processo nefasto, quer para a universidade quer para a cidade, na medida em que os seus verdadeiros propósitos fundamentam-se numa visão economicista neoliberal que procede a uma remodelação e reconstrução da cidade enquanto pólo turístico no mercado globalizado e como produto aliciante da indústria turística.

Exemplo disso é o empreendimento já desenvolvido pela empresa **Be-Coimbra** que, através do discurso de revitalização e recuperação da Baixa de Coimbra, está a dinamizar um negócio lucrativo através da construção de *hostels* para estudantes do programa *Erasmus* e turistas, em casas antigas e onde cada quarto custa, no mínimo, 250 euros por mês. Apesar de defenderem que estão a impedir a desertificação desta zona, tal constitui uma falácia pois as pessoas que residem nestes *hostels* permanecem por espaços de tempo reduzidos, não estabelecendo laços com a cidade. Outra agravante é o aumento exponencial das rendas provocado, quer pela "Nova Lei do Arrendamento" que legalmente o legitima, quer pela especulação imobiliária cada vez maior. Algumas casas reabilitadas e recuperadas na zona da Alta e da Baixa têm rendas que podem ascender aos 1000 euros. Este processo em nada vem favorecer as populações locais abrangidas na área de protecção, pois não são estas o alvo de preocupação, mas sim os edifícios e monumentos, bem como a proliferação do mercado turístico, transformando esta área num espaço de exibição turística e monumental.

As populações da Alta e Baixa, constituídas maioritariamente por grupos socioeconómicos empobrecidos a viverem em prédios degradados, estão ameaçadas de despejo e deslocação devido à especulação imobiliária fruto do processo de patrimonialização que, aliado à "Nova Lei do arrendamento", se vai "responsabilizar" pela reconstrução dos edifícios que serão transformados em habitações de luxo com rendas incomportáveis, o que tornará inviável o retorno das pessoas para as suas casas. Tal significa que aquilo que poderá ser chamado de património cultural – as comunidades sócio-culturais presentes na Alta e Baixa – irá ser totalmente descaracterizado, ou melhor, poderá desaparecer. Esta é uma situação que se verifica também noutros centros históricos como Lisboa e Porto e em várias cidades da Europa. Não podemos ficar indiferentes já que alguns e algumas de nós fazemos parte destas comunidades e devemos ter consciência e tomar parte activa na defesa das mesmas.

A história da Alta de Coimbra mostra-nos um processo similar que teve lugar na época da ditadura salazarista, aquando da remodelação e construção de novos edifícios da universidade, sob pressupostos arquitectónicos fascistas. Nesse período assistiu-se à destruição de grande parte da Alta, várias habitações foram demolidas, incluindo Repúblicas, o que obrigou à deslocação das/os moradoras/es para outras zonas da cidade, nomeadamente para o Bairro de Celas. A UC sobrepôs-se, assim, às pessoas e à cidade como instituição e símbolo do poder. Impondo a sua presença, procedeu ao apagamento e extinção de comunidades sitas nesta área.

Actualmente, assiste-se a um processo semelhante que se mascara sob propósitos de protecção e salvaguarda patrimonial e sob a distinção de património mundial, mas que na verdade vai dar início, mais uma vez, à imposição arquitectónica e cultural da universidade sobre a cidade e a um processo de *gentrificação*.

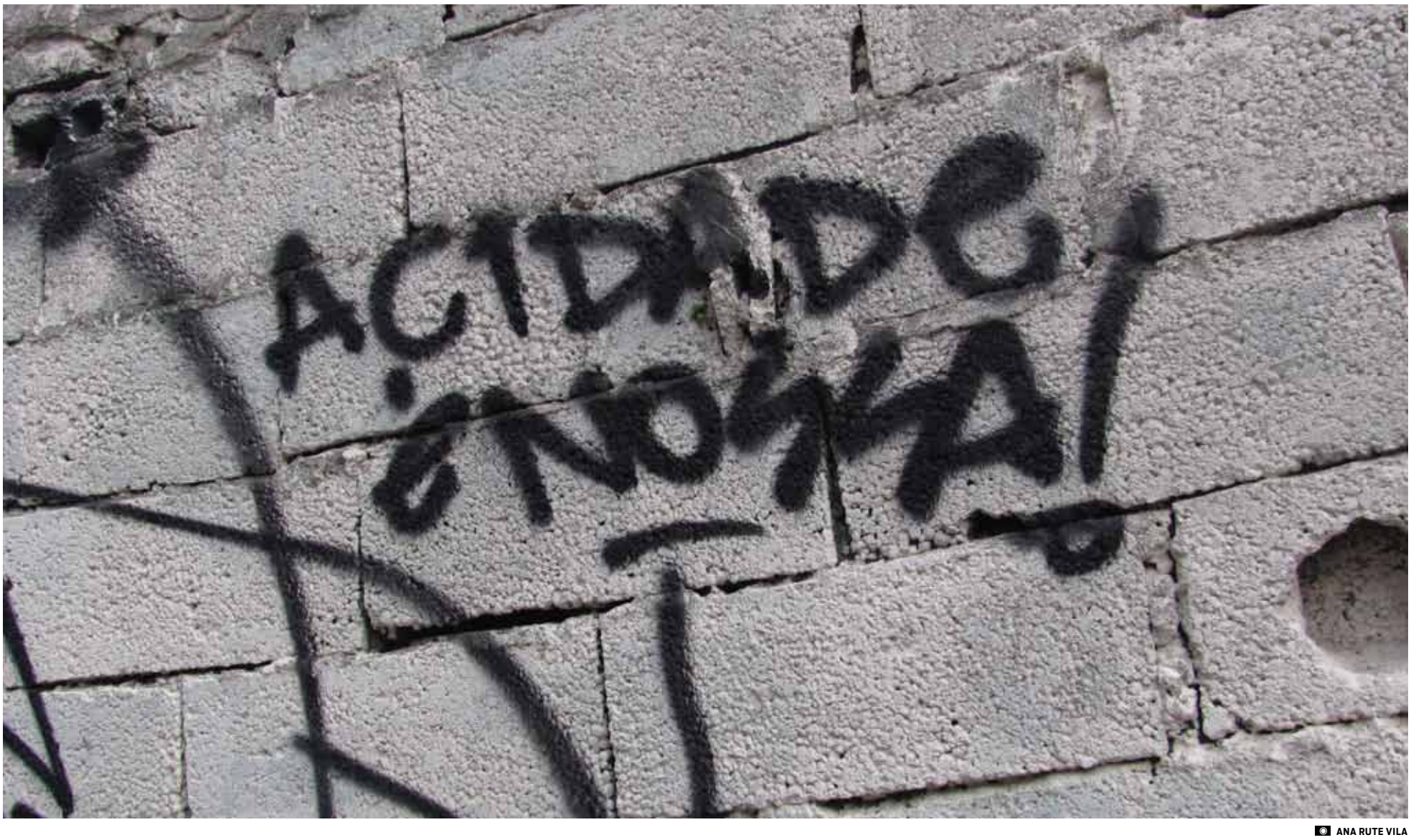
> **A história da Alta de Coimbra mostra-nos um processo similar que teve lugar na época da ditadura salazarista, aquando da remodelação e construção de novos edifícios da universidade, sob pressupostos arquitectónicos fascistas**

Tudo isto vai beneficiar unicamente os grandes *lobbys* económicos e não a população de Coimbra ou a comunidade estudantil, pois a UC vai-se dedicar a uma remodelação arquitectónica encaminhando os dinheiros de futuros subsídios da UNESCO, da União Europeia ou da UC para este fim, secundarizando o papel fundamental de uma suposta universidade pública, que deveria ser um espaço de livre de acesso ao conhecimento e não uma fundação privada preocupada apenas com a estetização dos seus edifícios e com a dinamização de actividades turísticas.

Outra questão preocupante é o facto da praxe académica estar também a ser candidatada a património mundial, definida enquanto "cultura académica estudantil". Como se a praxe, ao longo da história da universidade, fosse uma prática generalizada e consensual e como se todas/os as/os estudantes praticassem a praxe ou com ela se identifiquem. A praxe ensina a mandar e a obedecer, através da tortura e da violência seja ela verbal ou física. Ora, a questão coloca-se: como é possível, não de todo concordando com as políticas e definições de património e cultura da UNESCO, classificar a praxe académica como património mundial?

Esta é apenas uma pequena reflexão sobre as implicações do processo de patrimonialização protagonizado pela UC. As vozes críticas e dissonantes estão silenciadas e, aparentemente, parece haver uma concordância generalizada por parte da população de Coimbra. Contudo, esta situação comporta uma série de questões e consequências nefastas para a cidade e para as pessoas que nela vivem e por ela passam, que é urgente debater, visibilizar e intervir.

CADERNO :



ANA RUTE VILA

Hegemonia na cidade e seus descontentes

Este texto tenta produzir, de forma simplificada, uma visão sobre determinado momento histórico da construção de Lisboa e seus descontentes. Uma realidade complexa para a qual os nela interessados devem atender a mais profundas pesquisas. Assim, apresentam-se os termos seguintes como um guia de exploração, mas que não esconde a indissociabilidade entre diversas hegemonias e a construção de cidade.

ANTÓNIO BRITO GUTERRES

Os processos aglutinadores de transformação das cidades adquirem denominações como Renovação ou Reabilitação urbana. A primeira, mais forçada, implica a destruição total do tecido e funções existentes; a segunda é adaptada às mutações do conceito de "património", mais espaçada no tempo e, tendencialmente, cada vez mais a cargo do mercado imobiliário.

1.HAUSSMANN E AS BARRICADAS

Em tempos da modernidade, o movimento de Renovação Urbana foi bastante relatado e discutido em função do plano de Haussmann para o centro de Paris, com início em 1853, tendo durado quase até ao fim do século XIX[1]. Napoleão III, influenciado pelas ideias de Saint-Simon, comissariou o plano com intenções de garantir salubridade e higiene aos habitantes de Paris, cuja forma urbana era ainda medieval. Porém, em apresentação pública e oficial, Haussmann congratulava-se das condições de manutenção da ordem pública que o plano oferecia. Para o diretor do projecto, o fim dos becos e curvas medievais enterraria de vez a Paris das "barricadas" e permitiria a livre circulação de tropas[2]. A Comuna de Paris em 1871 viria a provar a adaptação dos revolucionários à nova forma urbana, enquanto Haussmann, já sem funções executivas, se queixaria do atraso nas reformas urbanas.

A principal externalidade do plano de Haussmann é a tomada da cidade por uma nova classe social, a burguesia. Novos edifícios, avenidas largas, a instalação de galerias e montras. Esse novo centro, órfão das populações mais pobres entretanto condenadas a viver nos *arrondissements*, encontra eco nas descrições de Baudelaire sobre as experiências sensoriais da nova cidade, um tema continuado por Benjamin e Simmel num percurso que se traduz mais tarde na inevitabilidade de uma sociologia urbana.

O *flaneur** de Baudelaire era eminentemente burguês, e da época estamos despejados do relato da mulher ou do habitante dos *arrondissements*. Haveria *flaneur* nestes últimos casos?

2.A BAIXA POMBALINA

Cem anos antes do Plano de Haussmann (e do *Plan de Cerdà*[3]) já Lisboa tinha sido pioneira em grandes movimentos de renovação urbana. Mais do que uma visão genuína de alteração de regime urbano e social, foi o terramoto de 1755 que conduziu, ao seu tempo, a alterações consideráveis na cidade.

Em plena época de conturbações filosóficas pela ascensão do Iluminismo, o terramoto de Lisboa motivou discussões no meio intelectual europeu, de Voltaire a Rosseau. Aos que apregoaram a maldição do terramoto como destino de um certo modo de vida, entre eles alguns clérigos, reservou-lhes o Marquês a execução sumária.

Em Lisboa, o Marquês não deixou de aproveitar o plano encomendado a Manuel da Maia para fazer emergir a nova classe social burguesa. Foram os comerciantes e financeiros que pagaram a reconstrução da Baixa Pombalina a partir de uma taxa de 4% sobre as transações internacionais, medida fiscal a imperar durante o tempo necessário à reconstrução da cidade. Os palácios Joaninos da nobreza no centro da cidade cederam ao abalo sísmico, e a reconstrução deste tipo de edifícios passou a estar interdita em toda a área do plano. O novo espaço da aristocracia ficava para além do Bairro Alto: Lapa, Campolide e Campo de Ourique, áreas da cidade poupadas ao terramoto e, por isso, do agrado da nobreza.

> **Interessa o fado mas não o fadista, a marcha mas não o marchante, o *tandoori* mas não o comerciante.**

O centro de poder de Lisboa alterava-se profundamente. A edificação de igrejas não devia ser destacada, mas sim incluída no traço arquitectónico do Plano[4]. O Terreiro do Paço[5], porta da cidade para o Rio e até então símbolo do poder régio, acolheria o senado e serviços municipais, alterando o seu nome para Praça do Comércio, homenageando a importância da «classe» na reconstrução. Por fim, a escolha do tipo de edifício, com quatro pisos mais águas furtadas, fora pensado para promover ganhos financeiros com o arrendamento. Os andares inferiores reservados para a membros da burguesia, e sucessivamente até às águas furtadas para alugueres a assalariados de classes mais baixas[6].

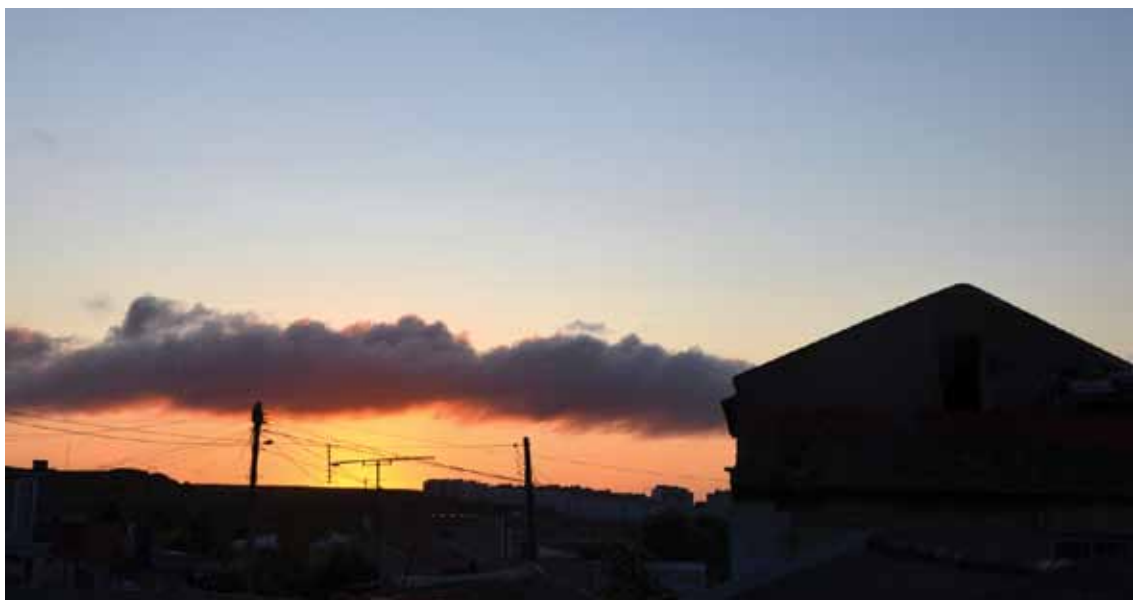
O profundo investimento financeiro na reconstrução da Baixa Pombalina impediu a extensão do plano para as áreas de Lisboa hoje consideradas como «bairros históricos».

3. DO PLANO DE RESSANO GARCIA À ABERTURA DA ALMIRANTE REIS

Os grandes planos urbanos apenas retomariam a cidade de Lisboa no fim do século XIX, início do Século XX. Influenciado pela estética da Paris de Haussmann, Ressano

CIDADES: REABILITAR E RENOVAR... PARA QUEM?

STRESS.FM



Mais do que corresponder a uma demanda do artigo 65 da constituição, o Plano Especial de Realojamento (PER) foi uma resposta proporcional às necessidades do mercado e sua expansão: valorização da orla costeira de Cascais, Expo 98, Ponte Vasco da Gama, auto-estradas ou libertação de áreas centrais como a de Algés.

Garcia, enquanto chefe da repartição técnica da Câmara de Lisboa, pretendia o avanço da cidade para Norte a partir dos vales da Avenida e Intendente. Ainda no século XIX, Ressano Garcia promovia a projecção e inauguração da Avenida da Liberdade e da Avenida das Picoas até ao Campo Grande. Contudo, o Plano Geral de Melhoramentos da Capital apenas seria consubstanciado em 1903, contemplando o alargamento a Norte, Este (estrada de Sacavém/Morais Soares) e Oeste (São Sebastião/Campolide), criando as denominadas «Avenidas Novas».

A opção de crescimento para Norte, coincidia com a vontade de Ressano Garcia de atribuir a Lisboa uma condição metropolitana. Essa vontade fez com que contornasse a questão dos bairros populares, não intervencionados (ou sujeitos a uma demolição completa), adicionando-se as questões financeiras.

Contudo, a partir da disponibilidade para profundas alterações na cidade de Lisboa, muitos se posicionaram pela destruição da Mouraria e Alfama. Prezart, antecessor de Ressano Garcia proporia a sua destruição em 1858. Com a emergência das ideias republicanas, os reptos para a destruição desses bairros aumentaria. Angelina Vidal e Fialho de Almeida foram signatários dessa vontade. O segundo, filiado nas ideias socialistas utópicas, diria que uma cidade «Republicana e Proletária» deveria substituir esses bairros por habitações novas e dignas contra a "ganância" dos proprietários.

A consumação do Plano Geral de Melhoramentos da Capital continuaria nas primeiras décadas do século XX, posteriormente à morte de Ressano Garcia (1911), implicando a expropriação de quintas e a expulsão da comunidade cigana[7] acampada em áreas a edificar.

No início da década de trinta, com o fundamento de ligar a Av. Almirante Reis ao Rossio, e providos de teorias higienistas de um "urbanismo civilizador" (Menezes: 2008), destrói-se parte da Mouraria e o mercado da Praça da Figueira, do qual boa parte da população do bairro dependia economicamente. Com o movimento, esse bairro da cidade perdeu no mínimo cinco mil habitantes[8]. As demolições deram lugar a um novo lugar na cidade: Martim Moniz, uma toponímia que honrava uma personagem mítica da conquista cristã da cidade de Lisboa, e por isso "*(…) bastante conveniente à ideologia do Estado Novo, regime autoritário para quem a apropriação dos espaços públicos era um instrumento de política cultural.*" (Menezes: 2008, p. 307).

Para esse lugar, pretendia o engenheiro Duarte Pacheco uma praça, o que só veio a acontecer cinquenta anos mais tarde.

4.FAZER PERIFERIA

Como referido, o Plano Geral de Melhoramentos da Capital estendeu a cidade de Lisboa até Campolide (Oeste), Praça Paiva Couceiro (Este) e Campo Grande (Norte). Foi à volta e a partir destas localizações que, na década de 50 do século XX, se estabeleceram vários núcleos de bairros abarracados. O êxodo rural para Lisboa forneceria os moradores desses bairros, mas também as intempéries[9] e vicissitudes dos planos de urbanização de outras áreas da cidade.

Desses planos, aqueles que originaram mais movimentos de população foram a ampliação do aeroporto da Portela[10] e a construção da ponte sobre o Tejo. A ponte Salazar obrigou à remoção de milhares de habitantes do Vale de Alcântara. Sob coacção da polícia, tinham a opção de sair "voluntariamente", beneficiando da reutilização do entulho das demolições para a construção de novas habitações em locais definidos pela Câmara Municipal. Aos moradores pouco cooperantes não restavam outras opções.

"A ponte Salazar obrigou à remoção de milhares de habitantes do Vale de Alcântara. Sob coacção da polícia, tinham a opção de sair "voluntariamente", beneficiando da reutilização do entulho das demolições para a construção de novas habitações em locais definidos pela Câmara Municipal.

As destruições no Vale de Alcântara fizeram emergir, então, bairros de génese ilegal em locais opostos na cidade, como o do Relógio e Musgueira Norte, em autênticas operações de promoção pública: delimitação de áreas geográficas, marcação de lotes, cobrança de taxas de ocupação de terrenos e cedência/venda de materiais.

O combate à pobreza e a habitação digna estavam longe de ser as prioridades da política fascista em vigor, e por isso não havia pejo algum em organizar a miséria, até para salvaguardar a cidade privilegiada.

Entre a segunda metade da década de 70 e a primeira metade da década de 80 do século XX, centenas de milhares de retornados e cidadãos de países africanos de língua oficial portuguesa emigraram para Portugal Continental, em especial para Lisboa. A falta de condições de acolhimento originou o levantamento de novos bairros de génese ilegal, que se foram situar outra vez nas extremidades da cidade, nas suas novas fronteiras e, por isso, já fora do concelho de Lisboa: Amadora, Oeiras, Cascais, Loures, Margem Sul; aproveitando áreas administrativamente disputadas entre concelhos e o desuso de alguns terrenos para os fins a que estavam propostos (como nas Estradas Militares).

Continua na página seguinte >>

CADERNO :

>> Continuação do artigo "Hegemonia na cidade e seus descontentes"

Foi também por essa altura que surgiram as primeiras tentativas de organização colectiva para a promoção da habitação, nomeadamente através das operações SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local)[11], fundação de cooperativas, ocupações de casas; movimentos emancipatórios e de aprendizagem, escassas para as necessidades da Grande Lisboa até porque, pouco depois, o 25 de Novembro traria inflexões ideológicas com consequências nas políticas de habitação. Dominado pelos interesses corporativos do sector da construção civil, a política de habitação passou a privilegiar o mercado livre, direccionou-se para as "famílias" e "pessoas" e ao seu financiamento junto da banca.

A paisagem urbana da Grande Lisboa continuou praticamente inalterada até perto do fim século XX. Os bairros de génese ilegal de habitabilidade precária eram uma constante nos passeios pela cidade, pelos Vales de Alcântara e de Chelas, ao longo das linhas de comboio de Sintra e Cascais, na margem sul e até o Estádio de Alvalade era vizinho de um bairro de nome homónimo.

A entrada de Portugal na União Europeia e a disponibilidade dos fundos estruturais conduziu à expansão do mercado imobiliário. Mais do que corresponder a uma demanda do artigo 65 da constituição[12], o Plano Especial de Realojamento (PER) foi uma resposta proporcional às necessidades do mercado e sua expansão: valorização da orla costeira de Cascais, Expo 98, Ponte Vasco da Gama, auto-estradas ou libertação de áreas centrais como a de Algés. Para a concretização dos realojamentos, os municípios beneficiaram de um duplo financiamento: por um lado o dinheiro cedido pela União Europeia ao abrigo do qual se criou o programa PER; por outro, a exploração imobiliária dos terrenos libertados.

A política de realojamento incentivada pelo PER situou-se entre o fim da década de 90 e inícios do século XXI, embora o programa ainda esteja para cumprir na totalidade[13]. A sua implementação conduziu verdadeiramente a uma periferização da Grande Lisboa, deslocando milhares de pessoas para locais ermos, longe dos seus empregos, deficitários em transportes, sem actividade económica. Achou-se que o acesso a uma habitação digna resolveria os problemas da pobreza mas, mesmo do ponto de vista democrático, os direitos só se efectivam quando são garantidos na totalidade e correlacionados entre si.

O realojamento não provocou grandes focos de resistência. Uma residência digna constituía uma realização pessoal para a grande maioria dos moradores dos bairros de génese ilegal, mesmo que não previssem a contínua "estética da falta". Alguns actuaram mesmo de forma isolada, como o músico Pascoal Silva no bairro da Pedreira dos Húngaros, que chegou a cercar a sua casa com *bulldozers* e tractores alugados de modo a que a Câmara de Oeiras não a conseguisse demolir. No fim conseguiu exercer o Usocapião, recebeu uma indemnização e escolheu onde quis viver.

Momentos mais colectivos de resistência ao realojamento aconteceram em situações que não garantiam habitação a todos os moradores.[14]

5. E AGORA?

Criámos novas noções de património, que nos permitiu desistir da ideia de destruir os bairros históricos. Reabilitar o centro da cidade é um conceito amigável, de largo consenso, mas a sua aplicação obriga a alterações estruturais. Um edifício reabilitado num bairro como a Mouraria ou Alfama é reduzido a pelo menos metade da sua ocupação original. Edifícios construídos a pensar nos pobres não animam o mercado pelas condições de insalubridade e tipologias pequenas que apresentam. Por isso, num contexto de mercado, a sua reabilitação normalmente representa alterações na ocupação residencial, de classe e estatuto social.

O poder público assume a função de animação territorial, requalificando o espaço público e garantindo as condições para o exercício cultural e artístico, num conjunto de acções que deriva em alterações nas funções comerciais e usos do espaço público. Primeiro aparecem os visitantes, depois os novos residentes.

Estes processos normalmente deixam de fora dos processos de decisão (deliberativos e consultivos) aqueles que habitam e vivem as casas e os espaços comuns desses locais, a não ser que sejam meros figurantes na elevação a marca de ritos, credos e tradições. Interessa o fado mas não o fadista, a marcha mas não o marchante, o *tandoori* mas não o comerciante.

Enquanto isso, na periferia, destroem-se bairros "ilegais" sem direito a realojamento e promove-se a extradição para Cabo Verde de amadorenses. Noutros pontos da extremidade de Lisboa, (e é só escolher), ocupam-se casas em bairros sociais, cessa-se de pagar rendas e crescem novos focos de génese ilegal. Nas ruas, aumenta o número de quem as vive horizontalmente.

Uma cidade cada vez mais de descontentes.

Cidade e cidadania, são historicamente conceitos indissociáveis e o grande desafio das cidades globais de hoje, como Lisboa, é perceber como se dissociaram e como se faz cidade a partir daí.

ANA RUTE VILA

* *Flaneur* - Expressão empregada por Walter Benjamin a partir da poesia de Baudelaire, referindo-se ao viajante urbano da Paris reformada por Haussmann no século XIX.

1 O plano estava incorporado nas denominadas Reformas do Segundo Império. Haussmann, enquanto prefect du Seine dieigiu o plano de Paris entre 1853-1870.

2 Como escreveu Walter Benjamin já no século XX: *Il voulait rendre impossible à tout jamais la construction de barricades dans les rues de Paris.* (Benjamin: 2013).

3 Plano do Engenheiro Ildefon Cedrá para a reforma urbana de Barcelona, 1860.

4 Repare-se, a título de exemplo a Igreja de São Nicolau.

5 O palácio Real seria construído fora da área do Plano da Baixa Pombalina.

6 Repare-se na tipologia original do edifício pombalino com portada e varanda nos andares inferiores e apenas janela nos pisos superiores.

7 Como a comunidade cigana que veio a instalar-se no topo da Av. Morais Soares vinda da Calçada do Poço dos Mouros (Arroios) <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/x-arqweb/ContentPage.aspx?ID=9520ed7a804c0001e240&Pos=1&Tipo=PCD> , registo fotográfico de acampamento cigano ao longo da abertura da Avenida de Roma (anos 50).

8 Na década 1930-40, a freguesia do Socorro perde cerca de três mil quinhentos habitantes e a de S. Cristovão/São Lourenço mil e quinhentos. Recenseamentos gerais da população Socorro: 1900: 10058 habitantes, 2001: 2675 habitantes; São Cristovão e São Lourenços 1900: 5815 habitantes, 2001: 1615 habitantes.

9 Como as cheias de Novembro de 1967 e aluimentos de terras.

10 O Aeroporto da Portela foi inaugurado em 1942. Em 1962 abriu-se uma nova pista.

11 O SAAL foi um diploma assinado em Junho de 1974 pelo então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo Nuno Portas.

12 Artigo 65 da Constituição da República Portuguesa: Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar (...).

13 Questões políticas, imobiliárias e fundiárias permitem a continuação da existência de diversos bairros de génese ilegal precários. A titulo de exemplo:Trafaria, Santa Marta (Corroios), Bairro 6 de Maio (Amadora), Reboleira (Amadora), Quinta da Lage (Amadora), Jamaica (Fogueteiro), Quinta da Serra, Bairro do Rato (Laranjeiro), Santa Filomena (Amadora).

14 Veja-se os casos da Azinhaga dos Besouros e das Marianas.

Bibliografia

ALMEIDA, F., (2011); Lisboa Monumental, Lisboa,AM Pereira.
ALMEIDA, F., (2009), Os Gatos, Lisboa, Verbo.
BENJAMIN, W.(2013), *Paris:Capitale du XIXe Siècle*, Paris, Ink Book.
FERREIRA, A.F. (2011), «Anos 70-80 – do Fundo de Fomento da Habitação ao Instituto Nacional de Habitação» in *Habitação Social* 50-80, Lisboa, IHRU
FRANÇA, J.A.,(2008), *Lisboa Física e Moral*, Lisboa, Livros Horizonte.
FRANÇA, J.A.; (1980), Lisboa, Urbanismo e Arqquitectura, Lisboa, Ministério da Educação e da Ciência.
MENEZES, M., (2008), «Praça do Martim Moniz: Etnografando Lógicas Socioculturais de Inscrição da Praça no Mapa Social de Lisboa» in *Horizontes Antropológicos* nº 15, pp. 301-328, Porto Alegre.
SIMMEL, G., (1997), «A metrópole e a vida do espírito» in *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia*, org. Carlos Fortuna, pp. 31-44, Oeiras, Celta;
TINHORÃO, J.R., (1988), *Os Negros em Portugal: Uma Presença Silenciosa*, Lisboa, Caminho.

Banalizar a irradiação e a contaminação nuclear em Fukushima

Oficialmente a dose radioactiva que um ser-humano pode receber é de 1 milisievert por ano, independentemente do ponto geográfico onde se encontre ou da profissão que exerça. Já aqueles que ficam por razões profissionais expostos às radiações podem receber por ano até 220 milisievert. Estes últimos pertencem à classe de trabalhadores do nuclear.

No Japão, depois da catástrofe em 11 de março de 2011 – vinte e cinco anos depois da catástrofe de Tchernobyl, abril de 1986 – todos os habitantes da região de Fukushima passaram a pertencer à classe de «trabalhadores do nuclear».

No entanto, as autoridades encarregues da «restauração de Fukushima» declararam que o seu objectivo é alcançar o retorno a 1 milisievert. Não se sabe bem é quando!

Este proclamado objectivo serve para banalizar a forte dose diária a que os habitantes estão sujeitos. Banalizar também a existência da central nuclear, que não pode funcionar sem irradiar e contaminar não somente os que estão encarregues da sua manutenção, como também todas as pessoas e toda a vida da região.

Esquilos terroristas e um rato que ameaça o mundo

Há dois anos atrás no sul da região de Swindon (Sul), Grã Bretanha, a polícia procurou os terroristas que tinham sabotado os travões de sete viaturas e cortado os cabos de telefone. Os polícias chegaram mesmo a lançar um apelo a eventuais testemunhas e reforçaram as patrulhas para conseguir encontrar os culpados da destruição que começou a perturbar a vida local. Todavia, após um estudo detalhado aos cabos cortados, a polícia chegou à conclusão que os terroristas eram simplesmente os esquilos.

Agora, em março deste ano, um rato esteve na origem de um curto-circuito que provocou uma avaria na distribuição de electricidade em parte dos sistemas de refrigeração da central nuclear de Fukushima. «*Durante cerca de trinta horas os sistemas de refrigeração dos reactores 1, 3 e 4 estiveram parados*». Nas piscinas de arrefecimento estão mergulhadas toneladas de combustível usado. «*A disseminação na atmofesra de 264 toneladas de combustíveis nucleares* – afirmou o fisíco francês J-L-Basdevant – *pode conduzir à evacuação (teórica) do hemisfério Norte. Mais precisamente ao fim do mundo*». Vejam bem o que um simples rato pode fazer ao sofisticado aparato Técnico...

Virtudes do trabalho, desemprego & inovação técnica produtiva

Enquanto o desemprego não pára de aumentar, toda a classe política e proprietários de Capital propagam a doutrina do trabalho. Esta reintrodução martelada do «valor trabalho», no seio de uma sociedade que essencialmente produz o desemprego em massa, é hoje o programa de toda a classe política.

Por um lado, justificam o aumento do desemprego com a falta de vocação inovadora, o que torna o desempregado diminuído por não trabalhar e o trabalhador frustrado por não ser inovadoramente produtivo; por outro lado, não discutem o desemprego como uma consequência da inovação técnica produtiva, nem o facto dela tornar o pouco trabalho que resta cada vez mais destrutivo. Se continuarmos na ideia, mentirosa e ilusória, de «produzirmos de modo inovador», de modo a produzir produtos mais concorrenciais, a exportar e a abrir fábricas, logo empregos, continuaremos na mesma lógica absurda que nos trouxe à situação presente.

A resposta está algures, talvez na cooperação livre entre indivíduos livres, na redescoberta de uma actividade com significado, a qual, podendo não ser já trabalho, como ele hoje é entendido, possa oferecer uma actividade humana forte em permanente equilíbrio com a natureza.

Pequenas comédias no bairro

A. SERENO

Sem princípio, com meio e sem fim… à vista é a forma como a peça começa e acaba! Paris, loucos anos 20 do século passado.

O público torna-se confidente de grandes monólogos e pequenos diálogos sobre episódios da vida quotidiana narrados pelos seus próprios protagonistas: um criado caseiro que se debate com questões tão elaboradas como a verdade ou falsidade daquilo que ouve nos monólogos de outros, uma rapariga solteira que tenta as suas escalas ao piano para arranjar marido, um marido vítima dos ciúmes desmedidos da sua mulher e outra vizinha farta dos ciúmes do seu marido que, afinal, estava com a empregada do casal do prédio em frente! É esta a teia que vai envolvendo quer as personagens, quer o público que a todo o momento é inundado em rima com questões aparentemente corriqueiras, mas que localizamos entre o drama pessoal de amor, a falsidade do discurso e, consequentemente, a menoridade dos deputados da Assembleia: Ó Aníbal! Ó Aníbal, chama o criado! que se diz uma pessoa muito poupada, mais que as pessoas comuns, pois poupa tanto, tanto que só come quando vê bolor na comida. Uma personagem cativante porque confere dinâmica ao enredo, dirige-se ao público repetidamente em monólogo, faz playback de um sucesso swing dos anos 20, canta e dança com os outros personagens. A rapariga solteira acaba por se apaixonar por um falso maestro, após uma verdadeira comédia de enganos, falhas de comunicação fortuitas que poderiam acabar mal, mas neste teatro o absurdo é uma salvaguarda até do ciúme que desestabiliza as relações humanas. O cenário das Pequenas Comédias é bastante contemporâneo, isto é, mínimo! Compõe-se de três estruturas retangulares em madeira semelhantes a portas, que marcam as diferentes divisões de uma casa e alguns objetos comuns a todas as casas, mais uma dose generosa de imaginação que situa os episódios descritos pelos personagens noutros cenários possíveis. O palco torna-se um espaço aberto e disponível para o trabalho dos atores e, da mesma maneira, para a imaginação do público que revive os acontecimentos narrados como se vivesse a sua própria vida. Qualquer um de nós já teve experiências ou conhece alguém que conta momentos tão constrangedoras como ser apanhado nas malhas da justiça por razões absurdas, já desconsiderou medidas totalmente abstrusas vindas do parlamento, leis e decretos e até a pena de morte (e talvez secretamente tenha conspirado ou feito anedotas sobre isso ou…). Nesta peça foi tudo conduzido com muita leveza na crítica, rindo castiga-se a moral vigente, como disse Gil Vicente, mas agora através do vaudeville de outros tempos também. Quando entramos na antiga Interpress, atual Teatro do Bairro ou uma caixa negra de retoques industriais, podemos ter a sensação do potencial deste espaço ao nível criativo. A variedade de espetáculos no programa mensal comprova esse mesmo potencial, ofuscado talvez somente pelos preços dos bilhetes, pouco acessível a desempregados e estudantes nos tempos que se vivem!

TEATRO DO BAIRRO
Título: Pequenas Comédias
Autor: Georges Feydeau
Encenação: António Pires
Atores: Alexandra Rosa, Graciano Dias, João Araújo, Pedro Diogo, Sofia Brito
Tradução: Luísa Costa Gomes e Ana Cardoso Pires

> O público torna-se confidente de grandes monólogos e pequenos diálogos sobre episódios da vida quotidiana narrados pelos seus próprios protagonistas

Coordenadas :

Três viagens numa só

D. SILVANO POPINO

Quando a viagem começou estava um dia de sol. No entanto, nos dias anteriores, a chuva não tinha parado de cair, durante semanas… ou pelo menos assim parecia! Atravessada a fronteira, enquanto rumávamos a norte através do país vizinho, ainda conseguimos passar pelo Pais Basco… incrível como apenas uns quantos quilómetros me trouxeram à lembrança o sitio mais bonito que já visitei… mas isso são outras estórias! Nova fronteira (ou pelo menos aquilo a que "eles" chamam fronteira) ultrapassada, França… tudo corria bem até ao nevão, e nevão não são uns pequenos floquinhos brancos que caem, mas sim um dos grandes nevões que a França sentiu nos últimos tempos, e ali estava eu dentro de um carro com dois grandes companheiros de viagem, a caminho de um sitio onde nunca tinha estado e pelo qual sentia alguma curiosidade! Incrível! Nunca, até poucos dias antes de me enfiar no carro, tinha pensado que realmente aquilo poderia acontecer: entrar dentro de um carro para dele sair muitos quilómetros depois (1866.574, para ser mais precisa). Subitamente o dito grande nevão começou, e assim a viagem dentro da viagem… aquela que nos levou a demorar horas intermináveis até à próxima fronteira… acho que foi mesmo a viagem dentro da viagem, dentro da viagem… porque na realidade, enquanto vagueávamos pelo campo francês, todo o ambiente parecia surreal, acho mesmo arrepiante a imagens do branco, a única cor que se conseguia ver. Campos intermináveis cobertos de neve, nuvens baixas também elas brancas… e mais branco a apresentar-se em todas as suas muitas tonalidades. Aldeias de casas baixas e castanhas com neve em ambos os lados da estrada, fizeram-me imaginar que cores teriam aquelas paragens nas diferentes estações que não o inverno – o campo e as cores que nele se vêm sempre me fascinaram bastante. Ver também a vida que decorria naqueles lugares que na minha visão pareciam inóspitos e de difícil acesso, definitivamente, o modo como chegamos a algum lado influencia o modo como encaramos onde chegamos… para mim, aquelas eram aldeias perdidas cujos habitantes tentavam limpar a neve e tornar a sua vida mais confortável no meio de toda aquela candura. Foi assim que eu ali cheguei e é assim que para mim é. Sei, no entanto, num recanto escondido da minha mente, que aquela foi efectivamente uma ocasião especial. De qualquer modo é assim que recordo França, eu dentro de um carro, a neve lá fora e muito branco, branco a perder de vista e para lá do horizonte… A viagem pelo branco demorou cerca de 12 horas..assim que passamos a fronteira seguinte e até ao destino final, foram apenas 3.

> Campos intermináveis cobertos de neve, nuvens baixas também elas brancas.. e mais branco a apresentar-se em todas as suas muitas tonalidades

CONTRIBUI PARA O JORNAL MAPA
TENS FOTOS ORIGINAIS, PANFLETOS DISTRIBUÍDOS NA RUA, ARTIGOS SOBRE LUTAS NA TUA CIDADE, NA TUA ESCOLA, NO TEU TRABALHO, INFORMAÇÕES SOBRE RESISTÊNCIAS NO TEU BAIRRO OU DENÚNCIAS DE ABUSOS E REPRESSÃO?
CONTACTA PARA:
JORNAL MAPA.GERAL @YAHOO.COM
QUERES DISTRIBUIR O JORNAL MAPA NA TUA CIDADE, NA TUA VILA, NA TUA ALDEIA, NO TEU BAIRRO, NA TUA PRAIA OU NA TUA SERRA? QUERES RECEBER O MAPA?
CONTACTA PARA:
JORNAL MAPA.DISTRI @YAHOO.COM

mapa
Jornal de Informação Crítica

PROPRIEDADE E EDITOR: ANA GUERRA
MORADA: AVENIDA LUISA TODY Nº 448-B, 1º ANDAR, 2900-455 SETÚBAL
DIRECTOR: GUILHERME LUZ
SUBDIRECTOR: FREDERICO LOBO
DIRECTOR ADJUNTO: INÊS OLIVEIRA SANTOS

NÚMERO 2 / JUNHO 2013

COLABORAM NESTE NÚMERO COM ARTIGOS, INVESTIGAÇÕES, ILUSTRAÇÕES, FOTOGRAFIAS, DESIGN, REVISÃO, PAGINAÇÃO, SITE E DISTRIBUIÇÃO:
M. LIMA*, IA*, IX*, FILIPE NUNES*, GASTÃO LIZ*, COLECTIVO ELEUTÉRIO, D. SILVANO POPINO, HELENA VIEIRA*, TEÓFILO FAGUNDES*, ANTÓNIO BRITO GUTERRES, A. SERENO, MARIA LACERDA MOURA, SANDRA FAUSTINO, STRESS. FM, CÁTIA MARTINS, DELFIM CADENAS*, C. CUSTÓIA, SUN SETH, SAMUEL BUTON, J. BARREIRA, J. ESCUDEIRO, JOSÉ SMITH VARGAS*, ANA RUTE VILA*, CLÁUDIO DUQUE*

* COLABORADORES PERMANENTES / PENSAMENTO, DISCUSSÃO E DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO EDITORIAL (COLECTIVO EDITORIAL)

PERIODICIDADE: BIMESTRAL
PVP: 1 EURO
TIRAGEM: 3000 EXEMPLARES

CONTACTO:
JORNALMAPA.GERAL@YAHOO.COM
CONTACTO DISTRIBUIÇÃO: JORNALMAPA.DISTRI@YAHOO.COM

SITE: WWW.JORNALCRÍTICO.INFO
FACEBOOK: JORNALMAPA

MORADA DA REDACÇÃO: AVENIDA LUISA TODY Nº 448-B, 1º ANDAR, 2900-455 SETÚBAL

REGISTO ERC: 126329

DEPÓSITO LEGAL: 357026/13

TIPOGRAFIA: FUNCHALENSE-EMPRESA GRÁFICA S.A.

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ESTATUTOS EDITORIAIS:
1. O **MAPA : Jornal de Informação Crítica** procura estimular e desenvolver a capacidade e a possibilidade, respectivamente, de crítica e pensamento livre dos seus leitores fazendo, para isso, uso da publicação de conteúdos sociais, culturais, políticos e económicos de natureza factual ou de opinião.

2. O **MAPA : Jornal de Informação Crítica** publica nas suas páginas as contribuições que considerar pertinentes para os fins a que se destina.

mapa : Jornal de Informação Crítica

NÚMERO 2
JUNHO 2013 · ANO I
3000 EXEMPLARES

JORNAL CRITICO .INFO

Salvo-conduto(II)

COLECTIVO ELEUTÉRIO

[Continuação da edição anterior:]

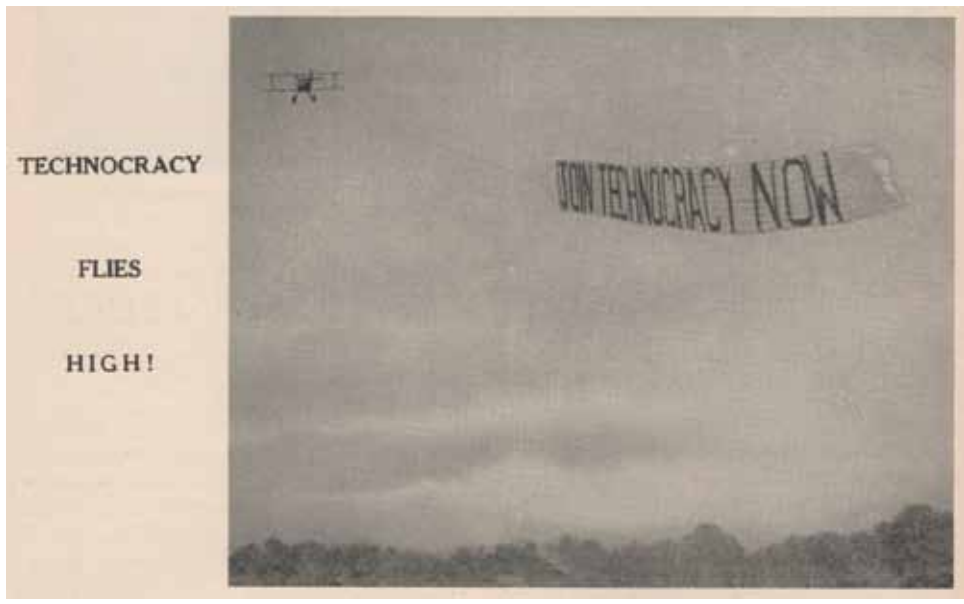
«Um monge, que me observava, perguntou-me:
- Porque alimentas os corvos e varres as formigas do caminho?
- Porque gosto de corvos e não gosto de formigas.»

- Tenkei Denson (1647-1735)

"Eichmann em Jerusalém", de **Hannah Arendt**, é obra de relevo, não tanto por registar o holocausto judeu e/ou o linchamento do nazi alemão, mas por assinalar a relação entre o burocrata e a instituição da tirania. Eichmann não é só um indivíduo que cometeu crimes numa determinada época e nação, mas passa a ser o modelo representante de todo um sistema civilizacional, cujas possibilidades de aplicação foram desenvolvidas até à náusea: a *"banalidade do mal"*. A burocracia reproduziu-se exponencialmente e aperfeiçoou os seus dispositivos de poder: tornou-se tecnocracia. Eichmann é o tipo que mata à distância, sem sujar as mãos de sangue, um mero funcionário obediente ao seu superior hierárquico, cumprindo ordens, telecomandando e telecomandado, relegando a acção em extensões e *drones* tecnológicos. Aquilo que o compromete e o torna culpado não é a violência directa sobre as vítimas, mas o mero facto de ser um intermediário que não se opõe a trâmites cujo fim é o extermínio de uma determinada classe de seres.

Eichmann está no meio de nós.

A buro-tecno-cracia acarreta ainda outras ameaças: o perigo da ocultação por detrás de nomes de código. O mesmo truque foi usado na "Solução Final", na "Operação Tempestade no Deserto", numa imensidade de químicos industriais do tipo do *ZetaFlow* (marca sonante que esconde fortes poluentes usados na fracturação hidráulica e que contaminam as águas subterrâneas), no "Banco Insular" (a máscara do BPN e respectivas construções na Aldeia da Coelha)... Um nome apelativo mascara tudo, serve para vender tudo. Por isso, na escola, aprende-se mais a copiar nomes do que a questioná-los, a revirá-los do avesso, a investigar o que escondem. Pretende-se formar bons cidadãos, quer



A burocracia reproduziu-se exponencialmente e aperfeiçoou os seus dispositivos de poder: tornou-se tecnocracia

dizer, bons consumidores e replicadores dos nomes que a máquina de propaganda mediática põe em circulação. Por exemplo, os partidos em que a população vota são aqueles cujos nomes aparecem nos grandes meios de comunicação social, repetidos até à exaustão; os outros não são ninguém, não têm nome na praça. A lavagem cerebral é evidente.

Por que é que, no Governo, abundam indivíduos com o curso de Direito? Não é, por excelência, o treinamento que prepara o burocrata-legislador? O fascismo burocrático impõe-se como uma lei transcendente sobre o *socius*. Você, funcionário de Banco ou de um serviço público, que julga estar apenas a cumprir a sua tarefa sistemática para receber um ordenado miserável ao fim do mês, é um Eichmann em potência. Ou você, juiz e senhor da lei, que assina e dá seguimento a dezenas de processos e condenações em série, usando apenas papel e tinta, é um Eichmann realizado, mesmo que nem se chame Eichmann. Ou você que, ouvindo dizer que um cão de raça perigosa abocanhou até à morte um bebé de poucos meses, reclama o fuzilamento canino para desencorajar a impunidade é um Eichmann esquecido de que a raça mais perigosa de todas é bem capaz de ser a sua. Ou você que acha que a Suíça tem um sistema muito melhor que Portugal, porque os inspectores fiscais entram em casa para averiguar e conferir o que cada um tem... Este tipo de discurso indicia que são os próprios cidadãos a submeterem-se ao jugo dos burocratas estatais: é o "Zé-Ninguém" que deseja o fascismo, perversão que **Reich** tão bem descreveu. A pedido dos civis – "mais trabalho, mais segurança, mais fiscalização!" - o Estado-Sanguessuga foi-se instalando em todas as articulações do nosso corpo social, pré-paralítico, apertado entre torniquetes, em que quase todos os fluxos são mediados por um imposto de passagem (o salvo-conduto pago a peso de ouro, em tempo de guerra). Seja o que for que pense em empreender no domínio material – colocar um anúncio, estacionar uma viatura, pedir um livro de cheques, registar uma escritura, etc., etc. - o Estado tem de comer. Então, as palavras de **Alejandro Jodorowsky** ganham um tremendo sentido: *«Qualquer pessoa com um ofício conhecido – sapateiro, padeiro, médico, pintor, engenheiro, etc. – é uma presa para o Estado. Ter um ofício normal é perder a liberdade. Temos de exercer ofícios desconhecidos, que não tenham interferência na vida material, mas sim que produzam estados de consciência»*. O Estado é como o porteiro que exige um suborno para deixar alguém passar ou autorizar que determinada operação se realize. Interessa-lhe tornar tudo propriedade privada e segmentar esta ao máximo, porque é entre-segmentos que ele se coloca como cobrador de imposto, portanto, quantos mais segmentos houver, maior o seu proveito. **Arendt**, em *"O Sistema Totalitário"*, expôs de que forma a compartimentação dos indivíduos servia aos regimes totalitários. Os domínios parasitados pelo Estado são hoje inúmeros e as malhas estreitam-se diante das infinitas possibilidades de cruzamento de dados (*CRM* e *business intelligence* como armas de predação): é o trabalho, a família, a habitação, o ensino, a saúde, o consumo, a património, a circulação viária, o investimento, etc. Diante de tais estratagemas, **Isabelle Eberhardt** é ainda mais crítica do que **Jodorowsky**: *«Há um direito que só muito poucos intelectuais cuidam de reivindicar: o direito à errância, à vagabundagem. E no entanto, a vagabundagem é a emancipação, e a vida ao longo das estradas, a liberdade. (…) Ter um domicílio, uma família, uma propriedade ou uma função pública, meios de existência definidos, eis outras tantas coisas que parecem necessárias, indispensáveis quase, à imensa maioria dos homens, incluindo até mesmo os intelectuais que se crêem mais emancipados. Todavia, todas essas coisas são apenas formas variadas da escravidão (…)»*.

O que nos choca não é que a taxa de desemprego seja cerca de 20%, mas que não seja muito maior...

❧

As formigas são uma sociedade milimetricamente organizada e silenciosa. Por comparação, os corvos formam um bando barulhento e desorganizado. Ambos são negros como a noite. A rainha das formigas segrega uma hormona que serve para manter um número massivo de operárias sob o seu controlo hipnótico, trabalhando automaticamente em prol do ninho imperial. Pelo contrário, o corvo é uma ave de comportamentos irregulares, pouco conivente com uma homogeneidade de grupo. Quando voa em bando, com quanta descontinuidade o faz: há sempre um corvo que ficou para trás, outro que se deteve a furtar comida, moedas, ovos de outros ninhos... São várias as tribos, nomeadamente norte-americanas, que fizeram do corvo um animal de elevado grau totémico. O corvo é como o índio: recusa trabalho que não seja por sua própria conta e risco. Os colonizadores europeus das Américas tiveram de importar escravos africanos, porque os índios nativos consideravam grande indignidade trabalhar por conta de outrem, preferindo a morte. No folclore português, o corvo foi popularmente tipificado como ladrão, ave de olhar arguto, sensível ao mínimo brilho das coisas a longas distâncias. Não são estas características que fazem os bons ladrões? "Ladrões" deriva originalmente do latim "laterones", laterais, vigias que ladeiam o imperador, nada mais fazendo do que estar atentos, para preveni-lo ou protegê-lo com o seu corpo no caso de eventuais ataques. Um crocitar de corvo o avisa.

Mapa Borrado :

A NAÇÃO PORTUGUESA VIVE TEMPOS FABULOSOS
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
SALDOS
BOAS COLCHAS E BORDADOS
CACHEMIRO REABILITADO
SOBRETUDO NA ARTE
MENINA JOANA, VOCÊ É UM GÉNIO EMPRESARIAL
A POLÍTICA DO ESPÍRITO TAMBÉM PROMOVE AS GRANDES QUESTÕES E USA OS GRANDES TERMOS DA CULTURA CONTEMPORÂNEA:
CONFLITO
TRANSFIGURAÇÃO
SUBVERSÃO
COMUNICABILIDADE
SEMPRE PELO SUPREMO IDEAL!!
MAS... É SÓ NA ALTA CULTURA?
ATÉ NAS PARÓDIAS SEXUAIS, COMUNS NAS ALTURAS DE APERTO PARA ALIVIAR TENSÕES POPULARES COMO O FILME "DÍVIDA PERDOADA", SE BALBUCIAM ROGOS DE ORGULHO MACHISTA FOLCLÓRICO À FILMES DO LEITÃO DE BARROS.